

DEBATE PÚBLICO REALIZADO EM 5 DE JUNHO DE 2006

(Plano Diretor e o Meio Ambiente)

Presidência da Sra. Vereadora Aspásia Camargo.

Às dez horas e quarenta e seis minutos, no Salão Nobre e sobre a Presidência da Sra. Vereadora Aspásia Camargo, tem início o DEBATE PÚBLICO SOBRE O PLANO DIRETOR E O MEIO AMBIENTE.

A SRA. PRESIDENTE (ASPÁSIA CAMARGO) – Vamos dar início à nossa cerimônia.

Bom dia a todos. Estamos aqui, hoje, no Dia Mundial do Meio Ambiente, 5 de junho, comemorado no mundo inteiro, para, obviamente, fazer um balanço da questão ambiental em nosso país. Nós não podemos fugir a essa missão e a essa responsabilidade, mas também estamos aqui para pensar um pouco na nossa cidade e nas formas que podemos encontrar de melhorar suas condições ambientais. E, pensando nessas duas coisas, na grandeza deste momento e na consciência ambiental que deve inspirar, hoje, todas as pessoas de boa vontade, e também nos instrumentos que temos à nossa disposição para fazer a questão ambiental avançar no nosso país e na nossa cidade, estamos fazendo esta Audiência Pública.

Em primeiro lugar, queria dizer que todos os membros da Mesa foram escolhidos com muita determinação como pessoas notáveis, dedicadas e competentes, que merecem uma Moção de Louvor à sua competência, à sua dedicação à causa ambiental. Então, considerem-se todos aqui presentes homenageados, e receberão uma Moção, no Dia Mundial do Meio Ambiente, de agradecimento de nossa cidade pelos serviços prestados como acadêmicos, estudiosos, militantes, gestores públicos em favor da questão ambiental.

Antes de iniciar um momento importante do nosso Debate, que é justamente a avaliação do que os brasileiros pensam do meio ambiente, um trabalho que a Dra. Samyra Crespo vem realizando há muitos anos, e que agora já constitui um banco de dados importante para medir a evolução da consciência ambiental no Brasil, eu queria dizer algumas palavras sobre as condições precárias em que o meio ambiente vem funcionando, tanto no Rio de Janeiro quanto no Brasil de um modo geral. Hoje mesmo temos uma matéria traumática – o balanço dos fundos ambientais no Brasil. Nós vemos que esses fundos são extremamente raros, pois, embora a lei determine que sejam criados, os que foram criados são muito poucos. E a nossa cidade, por incrível que pareça, entre todas as cidades do Brasil, está em sétimo lugar em importância

justamente nessa matéria. Sabemos muito bem que o nosso estado também tem um Fecan, que não funciona; o dinheiro vai para tudo que é obra, vai para todo tipo de atividade e de política de interesse do Governador, e a mesma coisa se aplica ao Rio de Janeiro, onde, praticamente, não temos fundos disponíveis para investir na questão ambiental, a não ser um fundo muito pobre e muito precário. Então, é lógico que, sem recursos, fica difícil fazer a questão ambiental avançar. Mas nós temos aqui um tema em pauta, que escolhi como tema prioritário da nossa discussão, que é a questão da legislação, tão importante quanto os recursos de que podemos dispor. Além de termos uma Lei Orgânica cheia de brechas, cheia de furos que deixam o meio ambiente extremamente vulnerável, e podemos, depois, falar sobre isso, temos agora em pauta o Plano Diretor da Cidade. Ora, o Plano Diretor é justamente o planejamento maior da cidade, com as suas prioridades, e o que podemos ver é que, no que diz respeito à questão ambiental, seja no capítulo específico de meio ambiente, seja nos seus correlatos – porque o meio ambiente tem a particularidade de ser extremamente transversal –, o Plano é vago, genérico, tratando de questões tão abstratamente, com diretrizes tão abstratas e tão vagas, que não vemos como avançar em relação ao Plano de dez anos atrás. Então, o que estamos propondo à comunidade de ambientalistas, professores, pesquisadores é que nos ajudem, por favor, a melhorar o Plano Diretor que está em discussão e que, agora, voltou ao Governo para uma segunda rodada. Porém, o que temos até o momento, isto é, a proposta que foi encaminhada pela Secretaria de Urbanismo ao Conpur, Conselho de Política Urbana, deixa muito a desejar e exige de todos nós um esforço para que esse capítulo referente ao meio ambiente possa, efetivamente, melhorar. Então, é com essa intenção que estamos aqui. Já ouvi alguns comentários do Professor Paulo Canhedo sobre esse assunto, e acho que ele tem algumas coisas a dizer, como todos aqui vão ter o que dizer. Mas eu inicio esta reunião dando a palavra à Dra. Samyra Crespo, para que ela nos fale sobre a evolução da consciência ambiental no Brasil e como é que nós, cariocas, que sediamos a Conferência de 1992, podemos reagir aos seus dados, às informações que ela coligiu e analisou.

Muito obrigada à Samyra por ter vindo e, sobretudo, por nos propiciar um momento importante de debate sobre esses dados tão importantes para nós.

A SRA. SAMYRA CRESPO – Bom dia a todos. Quero agradecer o convite à Vereadora Aspásia Camargo, nossa guardiã do meio ambiente. Embora ela esteja cuidando mais desse tema há uns 15 anos, acho que ela já nasceu ambientalista e não sabia. Não é, Vereadora Aspásia Camargo? Porque, quando você se aproximou desse tema, não sei se foi ele que a atraiu ou você foi atraída por ele, mas foi um casamento perfeito. Quero agradecer o

convite à assessoria e a todos os presentes, e dizer-lhes que é com muita alegria que estou aqui hoje, porque dirijo uma organização que tem uma atuação muito amorosa com a Cidade do Rio de Janeiro – o Iser, Instituto de Estudos da Religião. E, também, porque a pesquisa começou aqui no Rio, já que íamos ser anfitriões da Rio 92. Naqueles anos – vocês vão lembrar –, ninguém falava de meio ambiente, o tema meio ambiente ainda não tinha caído no gosto popular e nem estava na agenda pública. Falava-se em ecologia, eram os ecologistas, vai ser uma reunião de ecologistas, e assim por diante. Então, quando tivemos certeza de que a reunião seria no Rio de Janeiro, queríamos fazer uma pesquisa sobre o que os cariocas pensam sobre o meio ambiente – naquela época, sobre ecologia. Nós queríamos saber, íamos ter aqui uma reunião, mas o que o povo estaria pensando disso, o que os cidadãos pensavam a respeito disso? E, aí, fui conversar com o Lutzemberg, que era o 1º Secretário Nacional de Meio Ambiente, um ambientalista, mesmo. Era época do Governo Collor, que designou o Lutzemberg como Secretário Especial de Meio Ambiente; não havia sido criado ainda o Ministério, e fui pedir apoio para fazer a pesquisa. Ele disse: “Não, vamos fazer uma pesquisa nacional. Já que o Brasil é o anfitrião, vamos fazer uma pesquisa nacional”. Então, minha ambição naquele momento, que era fazer uma pesquisa sobre o que os cariocas pensavam, virou o que os brasileiros pensavam. E, aí, desde 1992, fazemos a mesma pesquisa, de quatro em quatro anos. O que significa fazer a mesma pesquisa? Significa que 50% das perguntas feitas à população são exatamente iguais, para podermos verificar a evolução no tempo, e 50% são questões novas para pegarmos os temas novos, porque a agenda do meio ambiente é muito dinâmica. E, aí, dessa vez, colocamos como foco da pesquisa as questões da biodiversidade. Porque, de novo, o Brasil foi o anfitrião da Cope 8, Conferência das Partes da Convenção da Diversidade Biológica, em Curitiba. O tema principal era, então, as questões ligadas à biodiversidade.

Bem rapidamente, só para vocês entenderem. É uma pesquisa nacional. O que significa ser uma pesquisa nacional? É uma pesquisa representativa da opinião da população brasileira acima de 16 anos, feita em todas as regiões do país. Quando se desagregam os dados, não se pode fazê-lo por estado, mas podemos saber as diferenças regionais, saber se o Sudeste pensa diferentemente do Nordeste. É uma pesquisa que chamamos domiciliar. O que significa? Ninguém vai às ruas e pergunta para as pessoas, não é? Existe um método bem científico de se fazer uma amostra aleatória: primeiro, dos municípios que serão parte da amostra, depois, faz-se um sorteio dos setores censitários. E, dentro dos setores censitários, os municípios que vão ser entrevistados. Portanto, ela tem bastante rigor metodológico. É uma pesquisa, agora, com esta série histórica, que dá a garantia de que a gente está fazendo afirmações muito calcadas na realidade.

Então, podemos passar para a exposição na tela.

Foram feitas duas mil entrevistas no país, em todas as regiões.

Eu vou dizer onde a pesquisa está disponível.

Aqui, é o perfil dos entrevistados. Isso bate com o perfil do IBGE da população. Sempre mais homens do que mulheres. E, com todos esses detalhes, são iguais ao que a nossa população é.

A boa notícia é que a consciência ambiental no país cresceu, sim. E vai muito bem, obrigado, do ponto de vista do seu crescimento. É um crescimento impressionante. Eu vou mostrar os dados: de 1992 a 2006, cresceu 30 pontos percentuais. Vou mostrar-lhes a medida que usamos para dizer que a consciência cresce. Acho que não existe nenhum outro paralelo na América do Sul sobre esse crescimento tão rápido, em 15 anos. E, além disso, é um crescimento que se dá de forma quase que homogênea no país. É muito interessante, porque ele está presente em todas as regiões, com muito pouca diferença regional, em todos os grupos populacionais. Portanto, em todas as faixas de idade, em todas as faixas de escolaridade, em todas as faixas de renda, permitindo que a gente diga que esta consciência no nível da informação de perceber o que são problemas ambientais, realmente, hoje, existe.

Agora, é sobre a qualidade dessa consciência.

Podemos dizer em relação à informação e à capacidade de identificar se os problemas cresceram que ainda não se traduz, necessariamente, no domínio de alguns conceitos nem em algumas ações concretas, como vou mostrar neste estudo. Mas a principal conclusão, que nos deixa preocupados, é que, apesar de há 15 anos nós, ambientalistas, pessoas ligadas ao desenvolvimento sustentável, estarmos batendo na tecla de que o meio ambiente está bem no meio da gente, que nós somos parte do meio ambiente, que as cidades são parte do meio ambiente, para os brasileiros, de um modo geral, meio ambiente é natureza, é paisagem, é flora e fauna. Eu vou mostrar os dados.

Depois, o que acho mais interessante de observar não é que não haja atitudes concretas por parte dos brasileiros, que estão dispostos a ajudar o meio ambiente, ou a ajudar a nossa própria sobrevivência. Porque a maior parte deles indicou que a principal razão para cuidar do meio ambiente é a nossa sobrevivência, mas a gente nota que este crescimento ainda é muito discreto.

Vou mostrar os dados para vocês, porque os dados falam por si. Mas eu já adiantei as conclusões para dar a chave de leitura desses resultados.

Aqui vocês vão ver: “Janeiro de 1997 a 2006”.

A gente pergunta: “Quais são os principais problemas do Brasil?”

Vocês vão ver claramente que o meio ambiente não é prioridade.

É uma pergunta estimulada. Você mostra uma cartela, e meio ambiente aparece em 12º lugar.

Então, vocês vêem que todas as mazelas – desemprego, criminalidade, hospitais, educação – são a pauta dos brasileiros. Mesmo mostrando um cartão, o meio ambiente não é prioridade. Isso nós já sabemos, isso se repete em todos os anos.

Aí, quando você pergunta quais são os principais problemas da cidade, de novo vocês vêem que em todas essas opções de resposta, o meio ambiente continua lá embaixo. Então, mesmo quando é do Brasil e da cidade, o meio ambiente não é prioridade.

E, quando a gente pergunta qual é o principal problema do bairro?

A pergunta é espontânea, e a pessoa só podia apontar um problema, e a gente vê que os problemas ambientais estão entre os 10 primeiros problemas, havendo quatro entre os seis primeiros problemas. Aí, vêm aqueles problemas ambientais que são a coleta do lixo, a questão do saneamento básico, a questão da falta de água tratada, a questão das enchentes. Na verdade, qual o principal problema do Brasil? O meio ambiente está longe. Qual o principal problema da cidade? O meio ambiente está longe. Qual o principal problema do bairro? Aí, quando vem para o cotidiano das pessoas...

Vocês diriam: Bom, se não é prioridade, e se eles estão dizendo que meio ambiente não é importante para o Brasil nem para a cidade, o que nos permite afirmar que a consciência ambiental cresceu? Aparentemente, é contraditório. Eu, respondo a vocês que usei dois tipos de dados para afirmar que a consciência cresce. Eu peguei e analisei, desde 1992, a soma dos números das pessoas que não sabiam opinar e que não eram capazes de identificar nenhum problema, e analisei essa curva no tempo. O outro dado que usei é em quanto aumentou, em todos os itens de resposta, a porcentagem de resposta dos brasileiros.

Vou mostrar isso para vocês, e vai ficar claro.

Quando eu vejo este gráfico, Vereadora Aspásia Camargo, eu fico emocionada!

Ele mostra que em 1992, quando eu perguntava: “Qual o principal problema ambiental?” Não sabiam opinar, 47% das pessoas, dos brasileiros. Quatro anos depois, cai para 36%. Em 2002, para 32%. Agora, para 14%. E vocês vão notar que peguei, também, os problemas do Brasil. E vocês vão ver, também, a diminuição, mostrando o mesmo desenho. Então, o que é que significa este desenho? Vocês conseguem perceber a inflexão deste gráfico, aqui. Quer dizer, entre 2001 e 2005, aconteceu alguma coisa na cultura brasileira que mudou radicalmente em relação à consciência ambiental. E vocês diriam: “O que é que poderia ser? O que é que aconteceu que poderia estar explicando esta evolução tão rápida neste período?” Eu acho que dois fatores. Tenho a hipótese de que dois fatores apontam para isso. Um, é que nós tínhamos as políticas ambientais praticamente centralizadas no Governo Federal e no Governo do Estado. Então, aumentou dramaticamente a

atribuição dos municípios nas questões ambientais. Ao acontecer isso, as questões ambientais ficaram mais próximas da população e do cotidiano delas. E a outra, é aquilo que chamo de capilarização das políticas ambientais por toda a sociedade. Hoje, praticamente, não há pequenas cidades que não tenham uma Comissão de Meio Ambiente, uma Comissão de Desenvolvimento Sustentável ou não tenham uma organização ecológica, onde as próprias associações comerciais não tratem deste tema, etc e tal. Então, a capilarização deste tema mais a descentralização das políticas, na minha opinião, estariam mobilizando a população neste período aqui.

Então, este gráfico mostra, sem sombra de dúvida, que esta consciência aumentou.

E vamos aos seguintes.

Então, este pode pular, porque eu já mostrei. Ela só mostra os dados embaixo. O principal problema ambiental, também pode trocar. Agora, aí, vamos lá.

A gente fez a pergunta de quais são os grandes problemas que afetam o mundo hoje. Estimulando várias opções, significa que a gente mostrou um cartão e disse que: “alguns desses problemas podem estar acontecendo no mundo. Na sua opinião, quais os que mais afetam e quais os mais graves?” E a gente vai ver que de 2001 a 2006, a preocupação com a poluição do ar, com a contaminação dos rios e com o desmatamento crescem tremendamente. E esses dados vão se confirmando, praticamente, em todas perguntas sobre ranking de problemas. Podia dizer para vocês hoje, que, sem sombra de dúvida, o grande tema do meio ambiente que mobiliza a população brasileira, hoje, é o desmatamento, a queimada e, principalmente, a questão da Amazônia. Vou mostrar para vocês porquê e como isso se mostra nas pesquisas.

Depois, outros dados que usei para dizer que a consciência cresce. Vocês vão ver, com algumas perguntas, o crescimento entre 2002 e 2006 é bastante intenso. Vamos mostrar os dados. Por exemplo, a pergunta: “a preocupação pelo meio ambiente no Brasil é exagerada?” A gente faz essa pergunta e a pessoa diz se ela discorda totalmente, se em parte, se ela não concorda de jeito nenhum e assim por diante. Então, vocês vão ver que aqui tem os estudos dos três anos, mas se pegarmos com 49% que discorda totalmente com quem discorda em parte, que é 24%, vamos ter mais de 70% achando que a preocupação com o meio ambiente no Brasil não é exagerada. Outro dado, mais à frente: “O Brasil tem uma natureza tão rica que não precisa controlar a exploração de seus recursos naturais como em outros países.” Então, vão ver que se discorda. E vocês vão ver aqui que são três bases que usei, que vai aumentando o número de pessoas que discordam dessa afirmação. E você somando 44% com 23% são 66% que discordam totalmente ou em parte dessa afirmação. Vamos para outra: “O conforto que o progresso traz para as pessoas é mais impor-

tante do que preservar a natureza?” E, de novo, vocês vêem o crescimento da discordância em relação a essa frase nos três anos. E, 54% mais 21%, temos 75% discordando total ou em parte dessa afirmação.

A mesma coisa sobre emprego. Essa é impressionante: “o senhor está disposto a conviver com mais poluição, se isso trouxer emprego?” Cinquenta e nove por cento discorda totalmente e 18% discorda em parte. É impressionante isso, porque vocês viram que no *ranking* dos problemas, o desemprego é um dos principais problemas. Aí, vocês diriam: “Mas não há um paradoxo nisso aí? Por que a pessoa diz que o desemprego é um dos grandes problemas e aqui diz que não está disposto a conviver com a poluição?” Quando eu fiz a primeira pesquisa, tínhamos um pesquisador no nosso grupo, que a Vereadora Aspásia Camargo conhece, o Eduardo Viola, que é argentino e falava que não acreditava, achava que estava errado. Então, pedi, na época, o Ibope, que tinha feito a primeira pesquisa que, pelo sistema que chamamos de ônibus, que repetisse a pergunta. Quando o Ibope faz a pergunta todos os dias. Quando não se tem dinheiro para pagar uma grande pesquisa, você pega uma pergunta, paga dois mil e poucos reais, colocam como carona, por isso que eles chamam de ônibus, e testam essa pergunta. E deu o mesmo resultado. E, aí, fui fazer grupo focal para entender isso e o entendimento é o seguinte: se as pessoas pudessem escolher, elas não escolheriam a poluição. Então, é a idéia de que, se em uma cidade, você vai montar uma fábrica e vai poluir, não é que as pessoas vão querer que a fábrica vá embora, mas que elas estariam dispostas, que prefeririam e não acham que é incompatível a preservação com a questão do emprego.

A SRA. PRESIDENTE (ASPÁSIA CAMARGO) - Essa informação já é antiga? Na última pesquisa todo mundo ficou surpreso.

A SRA. SAMYRA CRESPO - Exatamente. Depois, aquela afirmação que fiz, de que cresce em todos os grupos populacionais a preocupação com os problemas ambientais e com a capacidade de identificar problemas. Veja-se a próxima tabela.

Essa tabela parece complicada aparentemente, mas eu trouxe, porque ela é didática. Vou explicar o porquê.

Porque vocês vão ver que, tirando alguns principais problemas ali identificados, que dá uma certa diferença entre os grupos de idade, vocês vão ver que a distribuição dos outros temas é mais ou menos igual. Toda pesquisa tem um erro de amostragem. Nesta pesquisa nacional é 2,5 para baixo e 2,5 para cima. Então, a gente percebe que é uma distribuição muito igual, apesar de você ver que só quem tem superior, aqui, colegial e ginásio, os grupos de idade, masculino e feminino. Por que isso ocorre? E é inte-

ressante observar. Em todas as pesquisas internacionais sobre meio ambiente, e o Brasil não foge à regra, o perfil das pessoas mais sensíveis à questão do meio ambiente, obedece à seguinte correlação: idade entre 23 e 34 anos, morador de cidades de porte médio para cima, com alta escolaridade, e com renda alta. Esse perfil se repete em todas as pesquisas internacionais. Então, vamos ter em questão específica isso aqui, mas em perguntas em geral, a gente tem uma distribuição muito homogênea da população. A próxima mostra por região, também.

Quando falei que as regiões diferenciam pouco, vocês vão ver que separei por Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste. Vocês vão ver que desmatamento e queimadas preocupam mais a região Norte, 86%, em relação às outras regiões. Mas vocês vão ver que daqui para baixo é tudo mais ou menos a mesma coisa. Então, em questões que mobilizam muito a opinião, principalmente os temas que são pautados pela mídia, ou então têm muita incidência local, por exemplo a questão da seca vai preocupar mais a região Nordeste. A poluição dos rios, lagos, e menos as outras cidades. E o Sudeste, também.

Então, a gente diz que há pouca diferenciação por isso, porque, tirando os chamados temas quentes, temos pouca diferenciação nos outros temas.

Aí, vocês poderiam me perguntar, qualitativamente estamos convencidos que a consciência cresce, mas em termos de qualidade dessa consciência, o que a gente pode estar dizendo a respeito disso? E aí, como disse para vocês, primeiro, aquela idéia de que os seres humanos estão fora da natureza; a segunda, começa a cair a idéia de que a natureza é intocável, porque havia uma espécie de sacralidade atribuída à natureza e havia a idéia de que nessa natureza não se mexia. Mas acho que até pelo reconhecimento cada vez maior de que os temas sociais estão ligados aos temas ambientais, decresce essa idéia de que a natureza é intocável e, depois, quando você pergunta porque razões se cuidar do meio ambiente, as razões selecionadas são saúde e sobrevivência.

Então, vocês vão ver uma pergunta clássica que a gente faz. A gente mostra um cartão, por isso que lá está chamada de “estimulada”, onde se diz: quais desses elementos aqui pertencem ao meio ambiente? E aí, dizem: esse, esse e esse. E vocês vão ver que, ao longo dos anos, se repete a idéia de que homens e mulheres entre 40, 30%, uma média de 45% que indicam que seres humanos fazem parte do meio ambiente. Aí, começam os outros elementos chamados “não naturais”. E aí vocês vão ver a queda enorme, inclusive dos indígenas, que começou com 33% achando que eles faziam parte do meio ambiente, passou para 27%, 25% e agora 23%. Como se explica que diminui o número de pessoas que identificam os indígenas com o meio ambiente? É porque, quando eles eram mais naturalizados, quando eles eram menos cidadãos, eles eram mais identificados com a paisagem, com a

natureza. Quanto mais cidadania a gente dá à população indígena, menos ela é identificada com o meio ambiente. Essa é a razão. E, apesar de a gente bater nessa tecla, isso acontece. E, quando a gente estratifica por renda, escolaridade, e cidade, cai para 36% o número de pessoas que ainda dizem que os seres humanos não fazem parte do meio ambiente. Por isso, podemos afirmar que é principalmente fauna, flora e os elementos naturais.

E aí tem uma tarefa enorme para educação ambiental, aqui a mesma coisa sobre a sacralidade da natureza e daí notamos o aumento de pessoas que acham que a natureza não é intocável, aquela idéia de que ela é tocável desde que haja responsabilidade. Aumentou de 17 para 23 as pessoas que acham que a natureza não é intocável.

Depois, como eu falei, a importância do meio ambiente é uma espontânea. Qual é, para o senhor, a principal razão de se cuidar do meio ambiente? Eu acho esse dado surpreendente e maravilhoso porque isso é espontâneo, a resposta da população. Vinte e seis por cento quer porque dependemos dela para sobreviver, 19% para ter uma vida mais saudável e longa, 18% para não poluir o mundo, para garantir qualidade de vida futura e futuras gerações 14%, o que é fantástico em resposta espontânea, não estimulada. Depois para não faltar água, etc.

Eu acho que a idéia de que se precisa preservar o meio ambiente. Quatorze por cento das pessoas responderam que não é importante cuidarmos do meio ambiente. Isso emociona, especialmente para nós, relacionados ao meio ambiente e que tínhamos que explicar cada palavrinha que a gente usava.

Depois: brasileiros percebem mudanças no ambiente e reconhecem que plantas e animais estão diminuindo. Então, vou mostrar agora uma bateria toda de biodiversidade para vocês, conceitos complexos, como biodiversidade, transgênicos, produtos orgânicos e uma porção de outros, que são um jargão, caíram no repertório popular, a gente vai mostrar como isso aumentou, e também percebe-se que somente com grandes mudanças nos hábitos de consumo é possível conservar o meio ambiente.

Agora vou mostrar o seguinte: aqui nós perguntamos “quais desses problemas podem estar acontecendo no local onde o senhor mora devido a problemas ambientais?” A gente vê aumento grande dessa coluna, vocês vão ver que essa espinhazinha de peixe aqui é da última pesquisa e, portanto, aumenta em todos os itens e a percepção da população com relação à questão de que a vegetação está diminuindo, de que há menos animais, de que há mais doenças respiratórias, de que o clima está cada vez mais quente.

É impressionante isto do clima: de 34% em 1997 para 57% agora em 2006, quer dizer, um aumento enorme. Logo, a percepção dos brasileiros em relação aos temas ambientais está aumentando.

Depois, biodiversidade. Essa é outra que acho fantástica. A gente perguntava: “Já ouviu falar em biodiversidade?” As pessoas diziam: sim ou não. Quarenta e três por cento da população disse que já tinha ouvido falar, o que mostrei a vocês. Olha a coluna das idades. Quanto mais educado, mais ouviu falar. Cresce para 84% a pessoa com superior completo, vocês vão ver quem tem primário lá embaixo com 19%.

Então, a correlação entre o domínio desses conceitos está diretamente ligada à questão da escolaridade.

Eu acho significativo 48% da população dizer que conhece... A mesma coisa sobre organismos transgênicos, que era uma palavra difícil, pois ninguém entendia o que era o AGM e mostra, de um ano para o outro, o pulo no conhecimento do tema.

Outra coisa é sobre área protegida. Vejam que 61% disse que já tinha ouvido falar no que era uma área protegida e de novo a pirâmide das idades se comprova no sentido de que tanto mais escolarizado, mais conhece e aí o mais fantástico é saber para que serve uma área protegida.

Então, fizemos a pergunta: “Para que serve uma área protegida?” e se deu as opções de resposta. A maior parte respondeu que era para proteger todas as espécies vivas de uma determinada região, que é a resposta correta e depois 40% respondeu que era para proteger animais e plantas ameaçadas de extinção, o que é em parte correto, pois este é o consenso popular e somente 7% afirma que é para um área de pesquisa e, graças a Deus, só 3% diz que é um território para lazer e 1% não opinou. Esse resultado é muito animador porque se vocês somarem 40 com 49, vocês terão praticamente 90% da população sabendo o que é uma área protegida e para que serve neste país.

Estou mostrando também o conceito de biodiversidade. Nós perguntamos para aquelas pessoas que tinham ouvido falar. Portanto, não é o total e 79% daquelas pessoas acertaram o conceito do que é biodiversidade, a ocorrência e a variabilidade de seres vivos numa determinada região do planeta. Nós fizemos uma “pegadinha”, uma perguntinha bem errada. A destruição da biodiversidade implica no aumento da quantidade de *planctum* nos oceanos e só 12% optou por ela. Então, mostrando realmente que tem um domínio consistente do conceito, aquelas pessoas que ouviram falar.

Fizemos a mesma pergunta, isto é, quais desses elementos compõem a biodiversidade e se repete a tendência da pergunta do meio ambiente, que é não colocar os seres humanos dentro das questões de meio ambiente e biodiversidade.

Perguntamos: “Se o senhor tivesse R\$ 50,00 no seu bolso para dar para a proteção do bioma mais ameaçado, qual seria?” E aí deu, na cabeça, Amazônia com 38%; Mata Atlântica com 18%; Pantanal com 9%; Caatinga 5%; Cerrado 3%, o que é lamentável porque na pesquisa que fiz com as lideranças, entrevistando 130

líderes das áreas do meio ambiente, empresarial, científica, etc, deu que o cerrado é a nossa próxima Mata Atlântica, é nossa própria tragédia ambiental; manguezais 3%; campos sulinos nenhuma menção.

Então, vemos que, para o imaginário da população, ainda é a Amazônia a grande fronteira verde a ser preservada.

Quanto aos biomas mais ameaçados, as razões se repetem quando se pergunta o porquê da escolha desse bioma e o resultado é porque tem queimada e desmatamento. Esta é a primeira razão.

Aí perguntamos se as pessoas tinham animais silvestres em casa e demos exemplos de animais. Sessenta e quatro por cento diz que não, mas todo mundo que tem algum animal prefere os passarinhos, as aves.

Chegamos, então, à parte final da pesquisa, onde dizemos “Bem, testamos o conhecimento e a informação, mas o que as pessoas estão dispostas a fazer para ajudar as questões do meio ambiente?” E aí vimos que os resultados das pesquisas permanecem os mesmos. As pessoas preferem principalmente separar lixo, participar de campanhas contra desperdício de água e energia, sendo que infelizmente na questão energia, quando se apagou da memória, o apagão, vemos que as pessoas estão menos dispostas a economizar energia.

Portanto, nossa conclusão é que os hábitos ambientalmente corretos no consumo são ainda muito pequenos, todas as opções que implicam desembolso de dinheiro não são as preferidas, têm caído dramaticamente, mas também tem crescido a preocupação com a gestão do dinheiro. Essa é a verdade e vou mostrar para vocês, na avaliação, o que a população faz sobre o desempenho dos grupos e instituições sobre o meio ambiente, onde mostra o crescimento da péssima avaliação em relação aos políticos, ao estado, etc. e há uma grande e evidente simpatia pelas organizações que protegem o meio ambiente, embora eles conheçam pouco e a filiação seja inexpressiva.

Só mostrando o que se estaria disposto a fazer, no cotidiano, para proteger o meio ambiente vocês vão ver que as três ações preferidas estão ali. Primeiro, a coleta de lixo que aumentou de 60% para 78% mostrando que a questão da coleta seletiva seria uma belíssima campanha no que se refere ao lixo.

A questão do desperdício da água aumentou e a de energia caiu um pouquinho. O resto permanece igual à pesquisa anterior. Onde havia, na última pesquisa, os que não sabiam opinar nessa podem ver que ninguém confirma aquela tendência.

Comprar lâmpadas que gastem menos energia: vemos que tem muita gente, 59% da população, dizendo que tem hábito de fazer isso, sempre.

Comprar eletrodoméstico mais caros, desde que poupem energia: também houve um razoável aumento das pessoas que disseram que praticam isso sempre.

Disposição para ajudar uma organização de proteção de meio ambiente: vemos que as pessoas querem contribuir com trabalho voluntário ou como membro; ajudar com dinheiro, só muito poucos. Apenas 28% da população estaria disposta a contribuir com dinheiro. Mesmo assim não é pouca coisa. Acho que tem que haver campanha.

Vou contar um caso interessante para vocês: sou Conselheira do Greenpeace. Temos a campanha de filiação via Internet e o que chamamos de pequenos, médios e grandes doadores. Outro dia, a pessoa que é responsável por essa campanha foi fazer prestação de contas no Conselho. Fiquei impressionada porque os pequenos doadores do Greenpeace não são estudantes de classe média e nem gente rica, mas pessoas pobres, pessoas da população, pessoas que ganham salário mínimo e dão R\$ 5,00, R\$ 10,00 ao Greenpeace todo mês. Isso me emocionou! Achava que eram estudantes ou pessoas ricas que davam dinheiro ao Greenpeace. As opções em dinheiro são pequenas, mas ainda assim expressivas.

Aí, de novo estou disposto, não estou disposto. Cresceu o número de pessoas que não está disposta a contribuir com dinheiro.

Este é um gráfico ascendente. Trabalhar como voluntário cresce, como vocês vêem na primeira coluna. E tornar-se membro, também. Essa coisa de tornar-se membro, tirei daqui por uma questão de tempo, mas tem uma tabela que mostra a filiação dos brasileiros a todo tipo de instituição, desde o sindicato, o clube de recreio, futebol, tudo. Tudo ganha do meio ambiente, mas mesmo assim é baixinho. O índice de associação no Brasil é baixo. Só pulou de 1% para 2% desde 1992. Tem pouquíssima gente filiada. O que não significa que as pessoas estejam participando de algumas ONGs de Meio Ambiente.

Avaliação e atuação dos grupos e pessoas em defesa do meio ambiente: vocês vão ver que pegamos só as pessoas que tinham avaliado, dizendo que era boa ou muito boa. Somamos esses dois valores e chegamos ao seguinte: organizações, com 64%, repetindo a performance de outros anos. Vocês podem ver que meios de comunicação são o segundo melhor avaliado, com 45%, esse ano. O segundo melhor avaliado desse ano é o cientista, mas na média anterior são os meios de comunicação. Depois, vocês podem ver que as organizações internacionais ganham um pouquinho de prestígio, mas todos os outros atores vão perdendo credibilidade, principalmente o Poder Público. Os mais mal avaliados são os empresários, com uma queda impressionante. Acho contraditório. Nós, que somos ambientalistas, sabemos que o setor empresarial vem fazendo um grande esforço para se adequar às leis ambientais. Uma outra franja de empresários mais esclarecidos estão trabalhando com programas de responsabilidade social, empresarial.

Mas isso ainda não tem impacto na opinião pública. Ao contrário, quanto mais a opinião pública fica bem informada sobre meio ambiente, mas ela enxerga no empresariado e na atividade econômica, o vilão do meio ambiente.

Vocês viram o crescimento do descrédito com os políticos. A nota triste é o desconhecimento das organizações ambientalistas, ecológicas ou que cuidam do meio ambiente.

Aqui foi feita uma pergunta espontânea. As pessoas só tinham três opções, três organizações. Majoritariamente, 77% da população não é capaz de identificar nenhuma organização ecológica; 12%, quando identifica, identifica o Ibama, realmente a única agência nacional. As outras que aparecem ali, Greenpeace, WWF, SOS são só as organizações que têm campanhas na televisão. Ou seja, se você está fora da televisão, está fora do mapa cognitivo dos brasileiros. Vou mostrar por quê. Porque passados 15 anos, os brasileiros se consideram pouco informados sobre meio ambiente e a maioria vê TV entre duas e cinco horas por dia. Setenta e cinco por cento da população diz que não lê nenhum jornal. Essa parte do meio é o mais ou menos informado. Cinquenta e três por cento não costuma ler jornais; só 17% lê, diariamente. A frequência à televisão vem aumentando discretamente, mas praticamente com uma cobertura total. E aumenta o número de horas que as pessoas vêem TV.

Em 1992, tínhamos um estrato da população, principalmente de alta renda, que via pouca televisão. Mas com a entrada das TVs a cabo todos vêem televisão. Então, se está fora da TV, está fora do mapa cognitivo. E, por isso, principalmente os problemas de biodiversidade e florestas são os problemas que preocupam os brasileiros e não aqueles do seu cotidiano.

Esses são os resultados que queria apresentar para vocês, fazendo um último comentário. Sou muito otimista. Quando vejo esses dados, acho que estamos fazendo uma mudança de cultura. Ninguém podia esperar que desenvolvimento sustentável, que cuidar do meio ambiente fosse feito por decreto. A legislação ajuda, mas não muda a cabeça das pessoas. Mostramos, com essa pesquisa, que estamos acelerando esse processo de aprendizagem, que é uma aprendizagem coletiva. Os brasileiros de alguma forma têm que se orgulhar disso.

Obrigada.

(PALMAS)

A SRA. PRESIDENTE (ASPÁSIA CAMARGO) – Muito bem! Temos motivos para comemorar.

A SRA. SAMYRA CRESPO – Para quem se interessar, a pesquisa inteira está em três *sites*: no *site* do Ministério, no Iser e no *site* da WWF.

A SRA. PRESIDENTE (ASPÁSIA CAMARGAO) – Agora vamos ter um pequeno problema para administrar. Todo mundo quer falar, mas temos uma Mesa muito qualificada, que está aqui para tentar ver se podemos avançar.

Queria registrar a presença da Vereadora Silvia Pontes, e dizer que alguns Vereadores da Casa não acham que meio ambiente é importante. E que quando há algum conflito ambiental, relativo à área social, as pessoas assassina o meio ambiente, sem olhar para trás, duramente, selvagemmente. Estamos aqui para dizer que esta Câmara precisa avançar, inclusive. Fico muito feliz com a presença da Vereadora. É bióloga, é desportista. No Rio de Janeiro sabemos que, para nós, não é apenas uma questão de consciência, de cultura. É uma questão de sobrevivência. Esse é o patrimônio maior que temos.

Vou passar a palavra para que vocês reajam a esses dados, também muito positivos. Mas temos que pensar na questão fundamental: Como fazer a nossa lei? Como o nosso Plano Diretor deve refletir isso que a Samyra falou. Como podemos sair do vago e partir para as coisas concretas, básicas?

Queria passar a palavra à Presidente da Fundação Parques e Jardins, Sra. Vera Dodsworth, com a sinalização de que estamos querendo, propondo a idéia de um Plano Diretor de Arborização da Cidade. Até porque as desigualdades nesse particular são terríveis. Em geral, Zona Oeste e a Zona Norte são completamente abandonadas neste particular. Há problemas de reposição, de mudas, etc. A idéia de um Plano Diretor é muito bem-vinda nesse particular da arborização.

A SRA. VERA DODSWORTH – Bom dia a todos, quero agradecer o convite de estar aqui nesta Mesa fantástica. Adorei a apresentação da Samyra, foi muito importante. A Samyra vem fazendo essa pesquisa e eu estou na ponta dela. Depois, eu vou até complementar alguns resultados que você encontrou. Na verdade, além do Plano Diretor de 1992 não foi citada a palavra árvore, e isso é uma coisa preocupante. Mas fico contente, porque nessas revisões que estão acontecendo, essa preocupação da arborização, enfim, é uma atribuição, uma das atividades mais importantes da Fundação. A arborização nos parques, nas praças, ela está sendo muito bem contempladas nos grupos de trabalhos, nessa nova versão, que está sendo analisada pelo Compur, tivemos uma grande participação e estão aqui os técnicos que também participaram e esperamos que consigamos colocar todas as nossas preocupações em relação à nossa parte da Fundação.

O que queria dizer é o seguinte: nessa pesquisa que você apresentou, falando da conscientização ambiental, já começa se refletir no nosso dia-a-dia. Há pouco tempo, cerca de seis meses atrás, um caso muito concreto, uma menina de vinte e poucos anos, es-

teve em um dos setores da Prefeitura, porque ela queria um plantio bastante significativo no bairro dela que é a Vila da Penha. Ela esteve primeiro na Sub-Prefeitura, depois na Fundação e depois foi para Secretaria de Meio Ambiente. Ela não conseguia um interlocutor, até que me chegou um *e-mail* dela, e então liguei para ela. É um grupo de jovens que estão querendo arborização, não só no bairro, mas agora a gente está ampliando. Isso é uma coisa fantástica, é um dado concreto fantástico, e já se tornou um grupo, ainda não é uma ONG mas eles pretendem constituir uma ONG formal. Da Vila da Penha já estão se juntando com Osvaldo Cruz, com o pessoal que também tem um trabalho muito importante em Marechal Hermes, quer dizer, com isso você está cobrindo uma parte da cidade muito quente, onde a árvore é desprezada porque traz problemas de raízes. Enfim, todos aqueles problemas que a gente conhece, e a questão ambiental é sempre colocada para fora desse contexto do dia-a-dia.

Isso me chamou muito a atenção e para vocês terem uma idéia, tem um rapaz de 15 anos, e acho que a sua pesquisa está confirmando uma coisa que a gente está percebendo na planta, e isso é muito animador. Então a gente que está à frente da Fundação, e onde lida com toda a sorte de problemas, a Fundação como todos sabem recebe muito poucos recursos para dar conta de um leque enorme de contribuições que são as conservações das praças, a conservação dos parques municipais, a conservação da arborização urbana, que dá muito trabalho, e ninguém pode imaginar, o que é estar à frente disso no dia-a-dia. É o problema de poda que virou uma neurose, e descobriu-se que a poda dá voto e isso virou um problema seriíssimo porque todo mundo quer ter as suas árvores podadas. Além disso, existe a questão da sombra com o poste da luz, então as árvores também atrapalham a segurança da cidade. Isso virou um problema imenso porque a segurança da cidade é hoje a questão principal, e as árvores atrapalham. O poste não pode ter uma luminária abaixo da copa, não é poste que está errado, é a árvore, então isso me dá um problema muito sério e com isso as pessoas querem cada vez mais podas, mais podas, mais podas, e isso não está certo.

A gente está fazendo um esforço para reverter essa visão da população e reverter no sentido de querer mais árvores, mais plantios e acho que a gente está conseguindo os primeiros frutos agora. Isso dá muito ânimo, porque o trabalho é árduo e a gente tem muito trabalho pela frente e quando você começa a ver um mínimo sinal de que você está conseguindo reverter uma direção, digamos assim, que não é o que a gente quer, isso dá muito ânimo. Eu acho que ao longo dos últimos anos, na questão de legislação, a gente avançou bastante. Há uma lei, não sei de que ano, fantástica, é uma lei que instituiu que a cada 150 m² o empreendedor tem que plantar uma árvore, e quando não é possível plantar tudo dentro do terreno do empreendimento, então tem que

plantar em dobro na rua, e se não plantar em dobro na rua, terá que dar em triplo aos hortos da Fundação. É uma lei que tem contribuído muito para os nossos plantios pela cidade, é outro instrumento que também tem sido de muita valia para o meio ambiente, e a gente está falando aqui basicamente da Cidade do Rio de Janeiro dessa questão urbana que a gente hoje olha a cidade e vê que a cidade está com muitos problemas. Uma simples vista da Linha Vermelha, em direção a Maré, e aquelas montanhas em que você não vê sequer uma árvore, apenas barracos e favelas, isso é uma questão que dói muito.

Quer dizer, ao longo do tempo a gente não conseguiu inibir a ocupação desordenada e com isso você tem um mar de casas, os morros foram todos desmatados, e isso é muito duro, ter essas visões a cada minuto que você está passeando pela cidade.

Acho que me perdi um pouco, eu me perdi pelo seguinte: o que me preocupa é que a gente roda muito pela cidade toda, a gente roda até Santa Cruz, a gente passa pelas áreas mais pobres da cidade, e a situação ainda é muito grave. Eu acho que quanto à situação habitacional, temos que tomar muito cuidado, reverter um pouco esse crescimento que me preocupa muito, que é a poluição dos rios e das lagoas, a poluição do ar. Não se ter uma política de transportes que possa reduzir a poluição do ar, isso tudo, está muito parado e acho que a gente já perdeu um tempo muito grande de tentar resolver essas questões e acho que o Rio de Janeiro está com muitos problemas, tem muito trabalho a ser feito. Não digo nem só no âmbito da fundação, mas no âmbito geral.

E para costurar esses diversos aspectos que são problemáticos dentro da cidade, eu acredito que uma política habitacional é urgente, e acho que é a base de tudo. Você não pode ouvir falar em árvores, você não pode falar em habitação, você não pode falar em encosta, nem nos rios, nem nas lagoas, nessa poluição toda se você não tiver uma política ambiental. Essa política ambiental tem que ser reformulada o mais rápido possível. É uma pena que não tenha sido feito anteriormente, para que se costurem essas diversas ações dentro dos diversos órgãos da Prefeitura. A nova Secretária está bem alerta a esse problema, e inclusive já está formando um grupo que começou a discutir sobre um esboço inicial da política ambiental. Isso eu acho que é a base de tudo.

Acredito que essa nova versão do Plano Diretor vai nos dar mais respaldo no nosso trabalho. A gente tem lutado muito para isso. O corpo técnico está muito atuante, muito bem intencionado. Fico também contente porque o que eu tenho observado, sentido é que a gente vai agora caminhar num caminho mais certo.

Obrigada.

(PALMAS)

A SRA. PRESIDENTE (ASPÁSIA CAMARGO) – Vera, muito obrigada! Em primeiro lugar, eu acho que esse Plano Diretor da Arborização, vai ao encontro dessa visão do meio ambiente como realmente luta contra o desmatamento. Plantar uma árvore, além de tudo que isso significa e que você mostrou aqui muito bem, significa também, simbolicamente, fortalecer o meio ambiente.

Agradecer a você por ter chamado a atenção sobre esse problema da habitação, que eu acho que é o mais grave. Há uma crise sócio ambiental na nossa cidade que precisa ser resolvida com generosidade, com grandeza, construindo casas populares, mas também impedindo que as áreas preservadas sejam invadidas. Nós temos que tomar essa decisão. Não podemos mais continuar deixando a coisa solta como está, e com a proteção. Às vezes, até de ambigüidades jurídicas. Para isso eu chamaria aqui a atenção. Reforço muito a sua posição.

Queria dizer que eu fiz uma emenda, porque achei que vocês estavam com muito poucos recursos, para ajudar um pouco a arborização, começar simbolicamente com uma grande avenida, que seria a Avenida Helder Câmara, e vocês deram toda a força. Foi um trabalho feito em parceria.

Mas eu queria também deixar aqui registradas algumas coisas. Primeiro, a racionalização do plantio. Porque nem todas as árvores vingam. Às vezes você tem que até deixar a árvore crescer um pouco para ela resistir à hostilidade da rua, que é poluidora por definição.

Então, há essa idéia de ter um plano Nacional que não seja puramente afetivo, nem demagógico. Vamos plantar, e no dia seguinte a árvore vai morrer, acho que é muito importante. Também queria chamar atenção para um aspecto que gostaria até de ter a participação de todos aqui. A Samyra acentuou a contradição nesse movimento pós 92 de um crescente preconceito quanto aos empresários e também uma constatação de que os empresários são cada vez mais responsáveis ambientalmente.

O Estado, às vezes, é muito restritivo nisso, porque ele ainda tem uma visão de grandeza que eu costumo dizer que é inspirada em Luís XIV. Aquela idéia do “Estado sou eu” e não preciso de mais ninguém... Não só dos empresários, como também da população para plantar... Mas aí não pode, porque pode plantar errado. Você tem de fazer trabalho de parceria e de educação ambiental para que essa ajuda possa ter boa repercussão. E eu digo isso, porque um outro tema que foi levantado aqui foi o das áreas protegidas.

Na questão das áreas protegidas, já mudando um pouco o eixo da nossa discussão, a situação é trágica! Porque essas áreas estão abandonadas, são favelizadas, em primeiro lugar, porque não tem dono. Na medida em que ninguém faz nada, ninguém ocupa, ninguém usa. Nós chegamos à conclusão, cada vez mais, de que é o

uso que protege. Não é apenas o congelamento, a distância, mas é o uso que dá proteção, logicamente, o uso na dimensão exata e positiva. E estamos até discutindo com o Ministério Público, em outros Estados, que nós poderíamos melhorar essa legislação facilitando a implantação das árvores, que é muito complicada, muito difícil! É uma coisa aparentemente simples, mas leva anos e anos! Anos de desperdício de dinheiro, o proprietário fica anos pagando imposto sem poder usufruir o bem que ele ocupa. Enfim, é uma verdadeira barbaridade!

No Rio de Janeiro, especialmente, o preconceito contra as APAs é muito grande, e eu acho que está na hora – estou aqui convocando todas as pessoas e lideranças da área de meio ambiente para se manifestarem sobre isso, para que nós possamos ter soluções. Por exemplo, no caso da APA de Marapendi, está aqui o Paulo Canedo que trabalha num projeto de recuperação da Lagoa de Marapendi. Então, é inacreditável que o Poder Público, há anos e anos e anos, deixa a região das lagoas da Barra sucumbir literalmente, pelo intestino grosso, que é o esgoto cada vez maior, a ponto do David ter denunciado aqui que nas praias a “balneariabilidade” se perde cada 800 metros por ano na Barra. Nós já estamos chegando lá na Ayrton Senna... E nós não temos a coragem de aceitar uma parceria que vai resolver o problema da despoluição de uma lagoa.

Acho que temos que cortar esses preconceitos. Isso não significa entregar ao empresário o bem tombado, ao contrário, isso tem que ter um conselho gestor, um sistema importante de controles e de acompanhamento. Mas é importante que a gente posa realmente partir para um outro patamar, porque esse no qual estamos, em que a gente espera tudo do Estado, e o setor privado fica fora, a população fica fora, porque não sabe fazer, ou porque não é capaz, ou não é responsável, não é ideal. Eu acho que realmente temos que dar um basta, e partir para outra! Se não der dinheiro, dá um trabalho. Esse trabalho voluntário tem que ser aproveitado.

Eu queria passar a palavra agora à Vereadora Silvia Pontes, que está nos honrando muito com a sua presença.

A SRA. VEREADORA SILVIA PONTES – Bom dia! A Vereadora Aspásia Camargo é uma pessoa que eu conheço há muitos anos, é colega, mas tudo que ela faz, ele faz bem e com profundidade dentro do assunto.

Como bióloga, interesse-me pelo assunto. Não faço parte do grupo do Plano Diretor, mas se se tratar de meio ambiente, urbanismo, essa coisa, me interessa muito...

Queria enfatizar as palavras da Presidente da Fundação Parques e Jardins, quando fala da importância dessa questão da desordenação com relação às áreas carentes e aos desmatamentos que são feitos.

Eu estou me lembrando do Prefeito no primeiro mandato – não sei como está hoje a questão dos mutirões. Eu me lembro bem de que a Secretaria de Habitação, não era Secretaria de Habitação, era Secretaria de Desenvolvimento Social. Tínhamos lá a Coordenadoria de Engenharia, tínhamos um grupo que, eu não sei hoje – você é que vai poder responder – formava um projeto chamado “Mutirão”. Esse projeto era fantástico, porque trabalhava as comunidades carentes conscientizando-as da importância que era o problema maior do desmatamento e do plantio. Então, visitavam-se as comunidades próximas às encostas, e dentro das comunidades grupos eram escolhidos: eles faziam um curso e seriam os plantadores de mudas, e aí reflorestavam o ambiente. Eu me lembro que no Morro de São Carlos houve um desabamento enorme, por conta da desorganização em termos de favelas, e morreram nove pessoas. Foi uma coisa horrível! Aí, o valor da conscientização de plantio nas áreas.

Eu, por exemplo, presenciei no próprio Jardim Botânico um grupo de alpinistas que me chamaram – acho que isso é interessante e não sei se V. Exa. tomou conhecimento disso – e disseram que havia no calendário internacional uma trilha. Simplesmente, um morador da Rua André Varani – não lembro seu nome – fechou a área. Pulamos o muro e encontramos lá diversas árvores seculares que eles derrubaram para fazer uma estrada para chegar melhor ao que lhes interessava. Acho que é importante o Plano Diretor, o fato de falar sobre a cidade.

Fui ao Canadá, que é lindo, maravilhoso, com aquela plantinha chamada maria-sem-vergonha, que lembro que fotografei e trouxe para o Prefeito ver. Como o nome já diz, ela dá bem em todos os lugares, e poderíamos encher a cidade de flores.

Quanto a esse grupo de que V. Exa. falou, que está trabalhando em Marechal Hermes, acho isso fantástico. Temos que divulgar mais, conscientizar mais os jovens. Vejo todos os dias o desperdício da água, das árvores, pelas quais as pessoas não têm o menor carinho. A Cidade do Rio de Janeiro, que é a Capital do Turismo, deveria dar uma atenção maior ao plantio, ao problema do desmatamento.

Pode contar comigo para o que for preciso, Vereadora Aspásia Camargo. E quero parabenizá-la, mais uma vez, por estar fazendo isto. Disseram-nos outro dia que, quando queremos fazer um bom trabalho, tem que haver identidade e a mesma linguagem. Nesta Casa – assumi há pouco tempo –, há uma dificuldade de linguagem e de identidade, e a Vereadora Aspásia Camargo é uma das poucas com quem me identifiquei.

(PALMAS)

__A SRA. PRESIDENTE (ASPÁSIA CAMARGO) – Agradeço-lhe muito, Vereadora Silvia Pontes, e quero dizer que estamos

muito felizes com a participação de muitas lideranças comunitárias, de bairros, alunos de universidades, lideranças do setor público, do passado ou do presente. Aqui está também a nossa querida amiga Patrícia, que é assessora da Vereadora Andrea Gouvêa Vieira.

Quero agradecer à Mesa pela presença e pela contribuição que todos estão dando para que possamos, com o registro do nosso Debate, divulgar, até pelos colegas Vereadores, estas conclusões a que estamos chegando e que são tão importantes para o Plano Diretor.

Passo a palavra agora à Márcia Guerra, que está representando o Luiz Eduardo Pizzotti, para discutir o Plano de Meio Ambiente do Plano Diretor, que recebemos muito genericamente, e ela, dedicadamente, trabalhou nisso e vem trabalhando. Temos agora certeza de que poderemos fazer emendas ou tomar qualquer outra medida que possa incorporar uma visão mais avançada e mais detalhada do que nós queremos para o meio ambiente da nossa cidade.

A SRA. MÁRCIA GUERRA – Bom dia a todos. Inicialmente, eu gostaria de agradecer o convite da Vereadora Aspásia Camargo e parabenizá-la, juntamente com o seu gabinete, sua assessoria, pela iniciativa e organização deste Debate Público sobre o meio ambiente e o Plano Diretor.

Antes, eu queria trazer um pedido da Secretária Municipal de Meio Ambiente, a Vereadora Rosa Fernandes, que autorizou a minha participação aqui. Pediu, com muito carinho, que fosse contemplada a recuperação ambiental do Rio Acari dentro do Plano Diretor. A Secretária acha que essa é uma área em que a população sofre muito com transtornos decorrentes do rio, sugere e solicita que essa recuperação seja contemplada como uma diretriz prioritária para a AP-5. Está dado o recado da nossa Secretária.

Vou apresentar-lhes como se deu o processo de revisão do Plano Diretor em 2005, e digo 2005 porque, como vocês sabem, já existe um processo em tramitação na Câmara que foi fruto de uma revisão no âmbito do Executivo, coordenada pela Procuradoria-Geral do Município e encaminhada, se não me engano, no ano de 2001. Em 2005, no ano passado, o Prefeito Cesar Maia publicou o Decreto Municipal nº 25.247, criando um grupo de trabalho com o objetivo de acompanhar e coordenar a elaboração do novo Plano Diretor Decenal. Esse grupo é formado por representantes da Secretaria Municipal de Urbanismo e, sob a coordenação da SMU, representantes do Instituto Pereira Passos, Secretaria Municipal de Fazenda, Secretaria de Habitação, Transportes, Meio Ambiente, das Culturas, Secretaria Especial de Turismo e Plano Estratégico.

Então, vou deter-me à participação da Smac. Cerca de 15 técnicos representantes se interessaram em participar desse processo de revisão coordenado no ano passado pela Secretaria Municipal de Urbanismo. Sete representantes participaram, tanto do grupo de trabalho, quanto dos seus subgrupos, e 15 no total discutiram interna e semanalmente como seria a elaboração de uma proposta de política setorial dentro do Plano. Inicialmente, ousamos sugerir que o Plano fosse urbano e ambiental, o seria um grande desafio. Ficou definido que a questão ambiental entraria na política setorial de meio ambiente, logicamente inserida nas diretrizes gerais do Plano. Essa política foi encaminhada – trouxe aqui o documento – em novembro do ano passado pelo Secretário Municipal do Meio Ambiente.

É um desafio falar do Plano Diretor e Meio Ambiente numa megacidade como o Rio de Janeiro, com uma alta densidade demográfica, com cerca de 5 milhões de habitantes, uma dimensão territorial de cerca de 1.255km², toda a sua extensão costeira e seus aspectos naturais. A Cidade do Rio de Janeiro engloba a reserva da biosfera da Mata Atlântica, que é um ecossistema ameaçado de extinção. Embora o brasileiro perceba mais a Amazônia, a nossa Mata Atlântica hoje é um ecossistema ameaçado de extinção, e abrigamos 30.000ha de Mata Atlântica integrante da reserva da biosfera.

Então, definimos a proposta em cima de quatro grandes princípios para nortear as ações da política.

O primeiro, como reza a Constituição, é o de que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, patrimônio comum do povo e essência à qualidade de vida.

O segundo é o de que a compreensão do meio ambiente tem que se dar em sua totalidade. Não podemos compreender as questões ambientais meramente pelos aspectos biológico-ecológicos, físico-geográficos ou físico-químicos, mas também por seus aspectos culturais, políticos e sócioeconômicos.

Outro princípio, que é um elemento novo que trazemos, é a idéia de que o patrimônio cultural e paisagístico é um elemento de fortalecimento da identidade cultural carioca. Embora tenhamos muitas áreas degradadas, como a Vera explicou, temos uma paisagem natural muito rica, e isso faz parte de nossa identidade carioca.

Por fim, o princípio de que a participação da sociedade na política ambiental é fundamental para a busca de soluções, o enfrentamento dos problemas ambientais e o alcance de um desenvolvimento urbano dito sustentável.

Bom, aí foram definidos cinco grandes objetivos gerais: garantir o patrimônio ambiental e paisagístico da cidade; promover a utilização racional dos recursos naturais; estimular a participação individual e coletiva na proteção do meio ambiente; garantir a disseminação de informações ambientais, o que é fundamental; e adotar técnicas e procedimentos não-poluentes ou menos poluentes em obras e serviços públicos. Também estamos preocupados com a Prefeitura, no sentido de que tem que dar o exemplo de práticas ecologicamente corretas e deve estimular e exercer um consumo sustentável.

Estou listando os instrumentos que, em relação ao Plano de 1992, são em número maior. Nesses 10 anos, é importante citarmos que, quando o Plano Diretor de 1992 foi criado, não existia a Secretaria Municipal de Meio Ambiente. Ela foi criada depois do Plano, e isso foi uma conquista do Plano de 1992. Logicamente, os instrumentos nesses 11 anos de Secretaria de Meio Ambiente aumentaram e se aprimoraram. Vou só citá-los, e quem tiver interesse de ver algum item detalhadamente poderá procurar-nos, porque, por uma questão de tempo, não dá para explicar todos. Então, seriam as unidades de conservação da natureza; as áreas de especial interesse ambiental; as áreas de preservação permanente; o licenciamento ambiental; a licença para corte de árvore e remoção da vegetação; medidas compensatórias e termos de compromisso; imunidade ao corte e auditoria ambiental.

Para tudo isso, definimos os programas, e vou apresentar-lhes os programas agrupados de acordo com metas, porque o grupo da Smac, incluindo a FPJ, acabou por bem estipular algumas metas

que nos possibilitassem, daqui a 10 anos, ver se conseguimos atingir bons resultados ou não.

Então, a primeira meta seria ambiciosa, ou seja, aumentar os índices da cobertura vegetal, e acreditamos que isso é possível através do projeto de recuperação de áreas degradadas. Como a Vereadora Silvia Pontes mencionou, há o Projeto Mutirão de Reflorestamento, que começou na antiga Secretaria de Desenvolvimento Social, a SMDDES, sendo hoje desenvolvido pela Secretaria de Meio Ambiente, e acho que a Secretaria de Habitação também faz reflorestamento. É um projeto premiado internacionalmente, que tem esse componente socioeconômico muito importante, porque um dos objetivos dele é a geração de renda em comunidades menos favorecidas. Além disso, há o Projeto Flora do Litoral, que é desenvolvido pela FPJ em áreas de restinga.

A Vera está dizendo que esse Mutirão está dando muitos frutos, o que ela e eu achamos importante enfatizar; por isso, temos esta ambição de aumentar os índices da cobertura vegetal.

O monitoramento ambiental é outro programa importante, especialmente no caso da cobertura vegetal, para vermos até que ponto estamos conseguindo aumentar esses índices ou não, e até para definir quais são as áreas mais frágeis, onde em algumas delas é necessária a proteção das mesmas a partir da implantação de barreiras físicas, que são os ecolimites. Trata-se de um projeto que tem poucos anos de existência na Secretaria de Meio Ambiente e foi implantado nesta gestão do Prefeito Cesar Maia.

O controle ambiental também é importante, a parte de fiscalização ambiental, e também há um diferencial interessante: o atendimento emergencial em 24 horas da Secretaria, um fato novo também dos últimos anos. Então, no caso de algum crime ambiental, existe o pronto atendimento – isso é importante para o aumento dos índices da cobertura.

Bom, outra meta a ser alcançada é a elaboração e aprovação dos planos de manejo das unidades de conservação municipal, conforme determina o próprio Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. Quer dizer, sabemos que a lei federal diz que “todas as unidades de conservação têm que ter planos de manejo”, mas, na realidade, nenhuma das nossas unidades municipais os tem. Então, estão em processo de elaboração. Achamos importante apontar, neste momento, essa meta para que, daqui a 10 anos, todas as unidades tenham os seus planos e estejam devidamente regulamentadas.

Então, as nossas unidades são muitas: são 16 parques naturais, 24 APAs e três Aparus – Áreas de Proteção Ambiental e Recuperação Urbana.

__A SRA. PRESIDENTE (ASPÁSIA CAMARGO) – Vinte e quatro APAs?

A SRA. MÁRCIA GUERRA – Vinte e quatro APAs. São muitas APAs, sendo algumas desconhecidas. É um monumento natural, que foi criado na última sexta-feira, o do Pão de Açúcar – o primeiro da nossa cidade.

A outra meta é garantir a permeabilidade do solo urbano. É lógico que as nossas unidades de conservação são importantes nesse sentido, assim como as ações de recuperação, mas, sob esse aspecto, frisamos a questão das áreas verdes urbanas. Então, é também um componente novo do Plano inserirmos, com a contribuição do pessoal da FPJ, programas de gestão e manejo da arborização urbana, de gestão de praças e parques urbanos e de adoção de áreas verdes.

Temos mais uma meta, que é a de implantar o Sistema Municipal de Licenciamento Ambiental. A Smac já tem uma experiência grande, acumulada, com relação ao controle da poluição do ar, da poluição sonora, com a patrulha atuando na parte de resíduos tóxicos, no caso da poluição do solo.

O monitoramento ambiental também é importante. Frisamos que, no Plano, citamos o monitoramento como um instrumento de aferir se os resultados foram alcançados, se os resultados dos programas foram positivos. Então, no caso do controle da poluição do ar, é fundamental o monitoramento da qualidade do ar, e a Secretaria hoje tem cinco estações de monitoramento.

Estou falando rapidamente, porque acho que o meu tempo já está quase estourando. São quinze minutos, então não tenho muito tempo.

O monitoramento da qualidade das águas também é fundamental, especialmente como já foi frisado aqui, o aspecto da baunabilidade, a extensão da nossa zona costeira. É um ponto importante para a questão turística da cidade.

Aumentar a participação popular na política de meio ambiente, seja nos Conselhos Gestores das Unidades de Conservação ou em campanhas educativas. Acreditamos que um programa de educação ambiental é fundamental nesse sentido, inclusive com a criação de centros de referência em educação ambiental, que seriam grandes pólos de difusão da questão ambiental.

Por fim, a nossa última meta, a sexta, seria promover mudanças nos padrões de consumo da Administração Pública. Ou seja, como eu já falei, a Prefeitura deve dar o exemplo de práticas ecologicamente corretas e aí definirmos dois programas: um de qualidade ambiental e um de conservação de energia. Além desses, existem mais dois programas: o de fomento à agricultura urbana sustentável e o de fomento à pesca. Nós definimos os objetivos desses programas. No caso da agricultura urbana sustentável, colocamos a importância de estimular a realização de práticas e alternativas, inclusive dessas áreas agrícolas também podem constituir zonas de amortecimento de unidades de conservação.

São programas, tanto o da agricultura urbana sustentável quanto o da pesca, que podem estar integrados em outra política setorial que não a política de meio ambiente, como, por exemplo, a política de desenvolvimento econômico. Achemos importante mencionar esses dois programas porque eles têm, um rebatimento grande para a questão ambiental.

Por fim, o programa de proteção à fauna silvestre, que é totalmente novo. A nossa fauna silvestre precisa ser olhada com mais carinho. A cidade tem ainda animais e espécies raras. Então, temos que fazer um trabalho voltado para a fauna silvestre.

Bem, em termos gerais, era isso o que eu tinha para apresentar para vocês. Coloco-me à disposição para qualquer informação no Debate.

Obrigada.

(PALMAS)

A SRA. PRESIDENTE (ASPÁSIA CAMARGO) – A única observação que eu queria fazer, neste momento, é que as metas e as diretrizes têm que estar no Orçamento. A Samyra, na última reunião que tivemos na Câmara, enfatizou esse aspecto, porque realmente o Orçamento, que ignora inteiramente a questão ambiental, põe por terra todas as boas intenções que possamos registrar no papel. Então, é muito importante.

Quanto à questão do licenciamento ambiental, acho que temos que ter coragem de fazer uma análise mais radical dessa questão, porque o que está acontecendo é que você tem números, lugares, pontos da administração que interferem no processo de licenciamento, mas tudo isso é desarticulado, é desconcatenado. Então, precisamos ter a coragem de exigir do Poder Público uma aglutinação, uma unificação desse processo com os diferentes órgãos atuando ao mesmo tempo. Do contrário, ficamos sempre nesse processo quase que de descrédito, em que um processo passa de mão em mão, num vai e vem, e não conseguimos avançar de maneira alguma.

Eu queria também enfatizar aqui um aspecto que não foi mencionado, mas provavelmente o Canedo vai falar, que é questão dos resíduos sólidos. Estamos com uma política de resíduos sólidos muito ultrapassada e precisamos realmente implantar a coleta seletiva, organizar esse processo de utilização e reaproveitamento do lixo de uma maneira mais moderna, mais consistente, caminhando para o Lixo Zero, que é o objetivo de todos nós.

Então, isso provavelmente será abordado aqui. Eu passo a palavra ao David Zee, para falar um pouco, inclusive, David, sobre as áreas de expansão da cidade, porque, na verdade, a questão ambiental é particularmente dramática onde a cidade cresce. Onde ela cresce e onde ele é rica, é onde está mais carente de políticas ambientais. Eu queria que você falasse um pouco sobre isso.

O SR. DAVID ZEE – Bom dia a todos! Obrigado, Vereadora Aspásia Camargo, pelo convite; caros colegas da Mesa, senhoras e senhores: acho que o momento atual é muito importante para uma reflexão. Eu acredito que é uma boa oportunidade para falarmos o que efetivamente a cidade precisa.

Hoje – como já foi dito anteriormente – a identidade do Rio de Janeiro são as belezas naturais. Então, no Município do Rio de Janeiro, só para os senhores terem uma idéia: do lado esquerdo, temos a Baía de Guanabara; do lado direito temos a Baía de Sepetiba. Temos o Maciço da Pedra Branca, no meio do Município; o Maciço da Tijuca, o Parque Estadual da Pedra Branca, Parque Federal do Maciço da Tijuca, da Floresta da Tijuca. Nós temos lagunas costeiras, nós temos Mata Atlântica, nós temos restingas, tudo isso são belezas naturais. E a cidade está no meio disso tudo.

Aí, eu faço uma pergunta, para que a gente pense: nós estamos planejando a cidade de uma forma integrada com o meio ambiente? Quando a gente faz qualquer tipo de planejamento – pelo menos o anterior – ou qualquer tipo de expansão – um puxadinho, lá em casa –, a gente se pergunta: puxa vida, como é que vou integrar isso com o meio ambiente em volta? Será que eu conheço o que existe em volta, para integrar isso?

Esse é o principal objetivo. Para a gente ter uma cidade saudável, precisamos saber desenvolver mecanismos para isso, porque não existem ainda. Nós estamos desenvolvendo; nós estamos tentando; nós estamos procurando isso. Então, o motivo da discussão, hoje, para o Plano Diretor é extremamente importante. Por quê? O Plano Diretor, todo o planejamento, é um conhecimento, é uma visão que nós devemos ter, ou uma diretriz que nós devemos ter para que, à medida que a gente vai crescendo a cidade, ou a cidade vai crescendo, fazer de uma forma integrada com esse meio ambiente. Senão, vamos descaracterizar a cidade. Hoje em dia, o que nós temos é um embate, uma briga entre o meio ambiente natural e o meio ambiente antrópico. Hoje em dia, quando a gente coloca uma fábrica, ou qualquer empreendimento, será que a gente pensa um pouco em como é que a gente integra isso com o meio ambiente? Ainda mais no Rio de Janeiro, que é uma cidade mundialmente reconhecida pelas belezas naturais. E nós estamos simplesmente nos aproveitando disso, sem pensar como mantê-la para as futuras gerações, ou para o futuro. Nós agimos como se estivéssemos nos apropriando dessas belezas naturais sem pensar no amanhã. E amanhã, nós não vamos ter nada. Quer dizer, o Rio de Janeiro é como um enxame de gafanhotos: ele come tudo, arrasa tudo, e depois deixa para trás a desolação.

Então, isso é efetivamente o que está acontecendo hoje em dia. Por isso, essa informação, essa fotografia que a Samyra colocou para a gente é extremamente importante. Por quê? Porque, para a gente conseguir desenvolver um planejamento, uma integração com o meio ambiente, a gente precisa desses dados. Enquanto a gente acreditar que vai ter um fiscal para fiscalizar todo mundo, esse país não vai para a frente, porque todo mundo precisaria de um fiscal. E qual é o melhor fiscal? É a nossa consciência. Se cada um tiver um fiscalzinho dentro dele, os fiscais da Prefeitura, os fiscais do Governo do Estado vão ter condições de fiscalizar outras coisas mais importantes, como: “Estamos respeitando o planejamento que estamos fazendo?”

Então, hoje em dia, cada um de nós tem a sua responsabilidade com isso. Não adianta pensarmos como: “Não. Isso é problema do Executivo”; “Isso é problema do Legislativo”; “Isso é problema do Judiciário”. Sempre os outros é que são os culpados. A gente tem que parar com essa postura de apontar o erro dos outros e começar a perguntar ao espelho com o quê nós podemos contribuir. Cada um de nós tem uma responsabilidade, seja como agente multiplicador das idéias, seja como divulgador das informações.

Isso me lembra uma parábola hindu. Um dia, um sultão pediu para três cegos para descreverem um elefante. Um cego apalpou a orelha e disse: “O elefante é fino como uma folha de bananeira”. Outro cego apalpou a perna e disse: “Não. É grosso como um tronco de árvore”. O outro apalpou a tromba e disse: “Não. É uma imensa cobra, com dois orifícios em uma ponta”. Todos os três descreveram bem um elefante, só que com uma visão de cego. Hoje, nós precisamos integrar todas essas visões. Então, a visão, por exemplo, que a Prefeitura traz, em função do seu monitoramento, é extremamente importante para a sociedade. A visão que a Samyra está trazendo, com essa questão do reconhecimento da visão social, é importante. Então, quanto mais a gente puder divulgar essas informações, mais perto nós estaremos da realidade. Enquanto tivermos visões segmentadas, nós não avançamos. E para não ter visão segmentada, é preciso que cultivemos uma qualidade que todos nós temos, que se chama generosidade. Nós precisamos ser generosos com as outras pessoas, precisamos escutar mais as outras pessoas. Por isso é que eu gosto de vir a esses eventos: eu aprendo muito mais. É uma visão egoísta, mas eu aprendo muito mais do que eu posso contribuir. E aprendendo isso, a minha responsabilidade é transmitir para as outras pessoas, para que a gente comungue de uma visão mais real, mais integrada.

Hoje em dia, o que a gente precisa efetivamente é de maior divulgação e, principalmente, chamar à responsabilidade cada uma das pessoas que compõem esta sociedade. Cada um pode contribuir com alguma coisa. Sem dúvida nenhuma. Cabe a cada um de

nós descobrir efetivamente com o que a gente pode contribuir. Isso é muito difícil, porque o ser humano tem dois lapsos grandes. Um é o lapso de espaço, outro é o lapso de tempo. O lapso de tempo é porque a gente esquece rapidamente. Se perguntarem em quem a gente votou para Vereador, ou para Deputado... Por que isso é importante? Para a gente saber de quem cobrar! Quando a gente vota em alguém, é porque estamos esperando que lutem pelos nossos ideais. Então, nós devemos cobrar dessas pessoas. Esse é o lapso de tempo. Abraço da Lagoa Rodrigo de Freitas, por exemplo. Depois de três semanas, nem três semanas, três dias, acabou. Esse é o lapso de tempo. Por isso é que a mídia, a televisão, o jornal, tem que ficar em cima. Aí fica com uma visão também segmentada, porque tem uma ou outra informação, e a gente não está no caminho certo, também.

O outro se chama lapso de espaço. Nós estamos falando sobre meio ambiente, mas se houver alguém fazendo uma besteira aí fora, jogando lixo na rua, jogando esgoto na lagoa, porque é longe, apesar de ser a 50m da gente, está tudo bem, porque a gente não vê. É preciso que a sociedade se una mais para defender essas concepções. É preciso que haja verdadeiramente associações de moradores participantes, onde se discutam os problemas, onde se tenha um representante que possa chegar na Prefeitura ou no Governo do Estado e começar a desenvolver um programa conjunto. Na verdade, o governo é o grande maestro. Ele tem a responsabilidade de ordenar melhor essas coisas, respeitando a vontade da sociedade. E a vontade da sociedade está na informação que ela recebe. Então, nós temos uma grande responsabilidade quanto à nossa informação. Nós temos que ter uma informação o mais sistêmica possível, o mais holística possível. Isso é extremamente importante. Por que? Porque, na hora que a gente segmenta a informação, nós estamos tendo uma visão míope, uma visão que está descrevendo uma realidade, mas que não é do conjunto. A gente não consegue ver o conjunto. Então, é preciso que haja esse tipo de coisa. E essas informações, todas as informações que os órgãos ambientais coletam, os monitoramentos, devem e precisam ser disponibilizados na Internet, para que as pessoas cheguem às suas conclusões também, para que as pessoas possam aproveitar esses dados brutos e possam chegar às suas próprias conclusões. Por quê? Porque cada um dentro do seu bairro, cada um dentro da sua localidade, sem dúvida nenhuma, com essas informações, possa ter uma informação mais real.

Particularmente, quando a gente vai desenvolver trabalhos para combater o problema de erosão costeira em uma determinada região, quando a gente vai nesses locais, a experiência que eu tenho é que não existem informações de 20, 30, 40 anos. Não existem informações históricas. Isso não existe neste país! Não só neste país, mas em muitos países. Qual é a melhor informação, quando eu vou lá? Eu pergunto para o pescador, analfabeto. Ele tem a vivência; ele é a recordação histórica viva sobre aquilo. “Puxa vida, professor. O cara é analfabeto e você vai perguntar para ele?” Pois é. Ele sabe muito mais do que eu, porque ele vive no local.

Então, todas essas informações, é importante que sejam difundidas na sociedade, para que ela também possa contribuir e se sentir útil, porque à medida que a gente deixa a sociedade fora disso, a sociedade diz, então: “O problema é seu. Você, sozinho, vai agüentar tudo!” E nós não agüentamos. Essa é a grande realidade.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (ASPÁSIA CAMARGO) – Muito obrigada, David.

Eu acho que você chamou a atenção para uma coisa – tempo todo nós estamos insistindo nisso – que é a informação. Mesmo. Eu nem vou falar, porque eu tenho a certeza de que o Canedo vai tocar nesse ponto, como é que a gente pode transformar um Plano Diretor em uma peça real de planejamento da cidade, se nós não temos os dados completos para nos informar? Na questão, por exemplo, da favelização e da ocupação de áreas protegidas, seria fundamental ter, um por um, cada um desses núcleos, como eles estão se expandindo e como é que essas coisas vão tomando, às vezes, um caminho que depois não tem volta. Então, realmente, o monitoramento, a informação, o diagnóstico são fundamentais e, às vezes, são pescadores que nos ajudam.

Eu vou passar, agora, a palavra para o Canedo, esperando que você nos ajude a melhorar toda essa parte de saneamento básico, saneamento ambiental, coisa que em geral as pessoas não identificam, necessariamente, com meio ambiente, embora sejam. Então, faz parte da educação ambiental insistir mais sobre esse aspecto.

O SR. PAULO CANEDO – Bom dia a todos. Agradeço à Vereadora Aspásia Camargo pela oportunidade e aproveito para parabenizá-la pela organização do evento. Saudação aos colegas de Mesa e às pessoas aqui presentes.

O Plano Diretor é uma peça que eu reputo da maior importância para a vida de uma localidade, de um município, de um empreendimento, porque ele é a regra que passa a vingar após a sua aprovação, regra essa que pode ser seguida, que pode ser acompanhada por todos os agentes que devem participar desse empreendimento. O bom seria que nós pudéssemos fazer uma cidade absolutamente planejada, planejando o dia seguinte com um planejamento perfeito, de maneira que no dia seguinte acontecessem, exatamente, as coisas que havíamos planejado, e teríamos uma vida estupidamente linda. Enfim, não é assim, particularmente nesse país, onde começamos a fazer uma cidade sem planejamento nenhum. E o Plano Diretor, na verdade, chega atrasado para corrigir todos os erros que fizemos.

Muitos erros são quase que impagáveis, outros erros são de custos absolutamente grandes. Veja a nossa cidade, que é uma cidade rica, que arrecada uma quantidade de impostos não trivial, e, no entanto, a Cidade do Rio de Janeiro, quando olhada de perto, dá dó. Quer dizer, é uma cidade belíssima; quando se olha de cima, agradece-se a Deus, tamanha a quantidade de beleza. Quando a gente se aproxima da cidade, anda na rua, vê as nossas águas, vê os nossos rios, vê as nossas lagoas, é lamentável.

Enfim, isso tudo traz dificuldade para a população, para a sociedade organizada militar na parte ambiental ou seja lá em que área ela queira militar, para fiscalizar o governo, para sugerir, para reivindicar, porque não há regras, não há um plano segundo o

qual você possa dizer para o Executivo: “Executivo, você disse que ia fazer tal coisa, não fez. Está na direção contrária, esperava-se que tal recuperação ocorresse e essa recuperação não ocorreu.” O Parlamentar pode dizer: “Olha, eu preciso colocar mais dinheiro nessa área, porque está planejado se fazer isso, isso e isso”. E tais atividades requerem custo, requerem dinheiro, portanto é necessário alocar recursos, ou constatar que não, tal lugar está com recurso excessivo, estamos aqui desperdiçando todo o planejamento. E todos nós já organizamos, desde festividades até algum empreendimento pequeno ou festa em casa, ou reforma da nossa casa, e já temos suficiente experiência: tudo que fazemos sem planejamento significa uma coisa malfeita ou muito mais cara, com enormes desperdícios.

E nesse sentido é que o Plano Diretor passa a ser uma ferramenta fundamental para o Parlamentar poder fiscalizar o Executivo e alocar os recursos, para a população poder fiscalizar o Executivo, fazer reivindicações e procurar corrigir; e para que o setor privado produtivo possa produzir mais dentro das regras estabelecidas, otimizar os seus lucros, mas sem infringir as regras que a sociedade estipulou para que fossem seguidas. E assim o próprio Executivo, nos seus diversos segmentos, nos seus diversos departamentos ou secretarias, não dá cabeçadas e todos remam na mesma direção. É para isso que serve a peça do Plano Diretor. E, portanto, como em todo Plano Diretor – o Plano Diretor que já veio *a posteriori*, que já veio como um fato consumado, que é o caso do momento –, o primeiro aspecto é classificação, dar enunciados, dar definições, etc.; depois, fazer um grande diagnóstico, ver onde nós estamos, quais são os principais problemas; e também hierarquizar os problemas, tal problema é mais sério que esse, esse aqui tem prioridade sobre aquele; e para cada um dos problemas procurar encontrar soluções, hierarquizar essas soluções e depois orçar cada uma dessas coisas para que elas possam ser acompanhadas. Isso passa a ser, então, a regra da cidade, que durará um tempo suficiente até que uma nova reflexão faça as modificações que devam ser feitas.

Ora, juntamente com isso tudo, há que se ter metas a alcançar, quer dizer, tem que estar claro: em tal ocasião, tal coisa deverá acontecer com tal dispêndio de dinheiro. No que eu pude ver, e vi superficialmente, no estágio atual do nosso Plano Diretor, não há meta alguma, não há programa nenhum estabelecido. Parece uma peça que se adequa perfeitamente à Cidade do Rio de Janeiro, como poderia se adequar à Cidade de São Paulo, Blumenau, enfim, a qualquer cidade de qualquer parte do mundo; ele não caracteriza a Cidade do Rio de Janeiro, não analisa os problemas da Cidade do Rio de Janeiro, que, é claro, guardam similitudes com os problemas de outras cidades, mas têm características próprias que refletem o desejo do povo carioca, as idiossincrasias e as ca-

racterísticas da Cidade do Rio de Janeiro, já levantadas pelos meus antecessores no uso da palavra.

As palavras da Márcia Guerra, que não são exatamente o plano proposto, dão um estágio superior, quer dizer, já põem alguns programas a serem estabelecidos. Mas eu acho que nós devemos avançar. Não importa, no momento, discutir se a gente prefere isso ou aquilo; o importante, na feitura do Plano Diretor, é que se estabeleçam, primeiro, quais são os problemas da Cidade, hierarquizados, seja lá o resultado que der; depois, quais são as soluções para cada um dos problemas, hierarquizados; e depois, orçamentos, metas e programas. É isso que devemos ter no Plano Diretor.

Na Cidade do Rio de Janeiro, eu vou aqui ousar trazer um assunto para reflexão dos senhores: na Cidade do Rio de Janeiro, eu não tenho muita dúvida em afirmar que um dos principais problemas é a poluição dos nossos corpos hídricos que embelezam a cidade. Por que os corpos hídricos no Rio de Janeiro podem ou devem assumir o papel mais importante do que em outras regiões? Por aquilo que foi bem mencionado, anteriormente, pelo David. Se há algo que significa, que mostra, que exemplifica a cidade, são as nossas lagoas, as nossas belezas naturais! Nós temos uma enorme quantidade de lagoas, diferentemente do Brasil, que não tem. Os recursos hídricos brasileiros não são lacustres, mas na nossa cidade, no nosso estado ou na nossa região metropolitana, os lagos e lagoas ocupam pontos de destaque. Agora, a beleza ou usufruto que essa lagoa pode dar pressupõe que ela não seja uma cloaca. E é exatamente isso que estão se tornando todos os nosso corpos hídricos.

Então, a beleza da Barra da Tijuca está sendo completamente deteriorada porque os corpos hídricos que embelezariam ou que estavam embelezando aquela região, hoje, são quase uma cloaca; e estão em processo de piorar, quer dizer, nós não passamos ainda pelo fundo do poço, mas estamos afundando cada vez mais e vai chegar a um ponto que se torne irrecuperável.

Outro ponto importante ainda sobre o aspecto hídrico da nossa cidade é o estrangulamento da rede de abastecimento público. Nós dependemos de um desvio do Rio Paraíba do Sul que vai a 180 m³. Nós tiramos 2/3 da água do Paraíba do Sul. Ora, retirar 2/3 de um rio para um desvio, para uma transposição de bacias é algo inusitado em todo o mundo. Essa é mais uma razão para que não desperdicemos a água que tiramos de outras regiões. Nós, os cariocas, estamos secando boa parte do progresso de outras regiões fluminenses. E o mínimo que a gente pode fazer - olha, está bem, estou lhe causando algum mal, mas em compensação estamos lhe causando um grande bem - já é uma alegria, estamos despindo um santo para vestir um outro. Mas nós no Rio de Janeiro estamos fazendo algo inusitado: estamos despindo um santo para não vestir o outro.

E é absolutamente imperdoável, o modo com que tratamos nossos rios. Especificamente, para não ficar num discurso vago, nós já tivemos mananciais na Cidade do Rio de Janeiro; por exemplo, o Rio Iguaçu e o Rio Sarapuí foram mananciais. Hoje eles são imprestáveis, não se pode tirar água do Iguaçu, porque não se consegue comercialmente fazer com que essa água seja água potável. Assim como a Cidade de São Paulo, a maior cidade da América Latina, tem que trazer também água de outra região carente, porque ela não consegue tirar do Rio Tietê água com qualidade comercialmente possível de ser tratada.

Então, a Cidade de São Paulo passa dificuldades com abastecimento público, a Cidade do Rio de Janeiro passa dificuldades com abastecimento público, e nós não damos a mínima atenção a esse fato. Quando digo “nós”, refiro-me à população, ao governo do município e ao governo estadual. O governo estadual ainda olhou um pouquinho para o assunto; pouco fez mas olhou. O governo municipal sequer quis olhar; a ele foi apresentado, olhou e virou a página, não querendo participar. Quem salvou a Cidade do Rio de Janeiro de ter um desabastecimento seriíssimo em 2003 foi o governo federal, um pouco do governo estadual e, particularmente, a sociedade organizada do Vale do Paraíba. Acreditem os senhores. E aqui no Rio de Janeiro sequer a população tomou conhecimento de que nós estávamos prestes a ter um desabastecimento generalizado. E só não tivemos por uma sorte climatológica extraordinária, que fez com que tivéssemos um inverno de 2003 com enormes quantidades de chuva. Não fosse uma extraordinária pluviosidade em 2003 no inverno, estaríamos no mês de outubro sem água em todo o Grande Rio de Janeiro. Isso é um fato.

A SRA. PRESIDENTE (ASPÁSIA CAMARGO) – Como no Plano Diretor poderíamos sinalizar isso?

O SR. PAULO CANEDO – A cidade tem obrigação de garantir água para abastecimento público. Isso é uma das coisas mais básicas. Nós da cidade somos clientes da Cedae. A Cedae tem uma fonte de abastecimento. Não é bem verdade, há várias, mas as várias somam uma quantidade irrisória, e uma soma quase a totalidade, que é o Guandu. E a água do Guandu vem do Paraíba, e essa é a nossa única fonte. Quer dizer, quer destruir a cidade, joga uma bomba no Guandu. Acaba a cidade, porque só temos uma fonte. Isso pode ser economicamente muito vantajoso, mas estrategicamente é de altíssimo risco. Dependemos de um único lugar, e esse lugar de que dependemos está “por aqui”, sob todos os aspectos.

Então, creio que isso deveria ser um assunto de altíssima significância estratégica. A Câmara de Vereadores deveria assumir um papel importantíssimo nisso e dar um basta nesse descaso do a-

bastecimento público. Ao mesmo tempo em que temos dificuldade de trazer água, nós, que vivemos procurando as fontes poluidoras nas indústrias, as fontes destrutivas, o uso indevido do solo, a degradação da Mata Atlântica, nós seres humanos, habitantes da Cidade do Rio de Janeiro, somos os principais culpados pelas poluições dos nossos corpos hídricos. Porque a poluição dos nossos corpos hídricos é essencialmente esgoto doméstico. Isso porque os nossos esgotos são jogados *in natura* ou quase *in natura* nos corpos hídricos. Não há tratamento. E com isso matamos nossas próprias fontes ou possíveis fontes de abastecimento público.

O Brasil hoje produz, os brasileiros produzem 32 milhões de metros cúbicos por dia de esgoto; destes 32 milhões de metros cúbicos, 14 são coletados. E dos 14 coletados, 5 são tratados. Agora, não pensem os senhores que os 5 milhões de metros cúbicos tratados são água limpa. Não, porque muitos desses tratamentos são simples gradeamento, fazendo com que o esgoto passe por grade. Pronto, isso já é um tratamento. Portanto, temos uma quantidade de esgoto *in natura* que é a maior parte. Do pouco que tratamos do que coletamos, tratamos somente um terço; e isso que tratamos, tratamos mal. É por isso que nossas riquezas hídricas... Um país que tem 12 ou 13% de toda a riqueza hídrica do mundo está com dificuldades com esse próprio bem, de que ele é muito rico. Temos muita água, mas na verdade devemos dizer que tínhamos muita água. Hoje temos boa parte dessa água transformada em esgoto, o que não nos serve. Diria que, sem sombra de dúvida, três problemas mereceriam destaque...

A SRA. PRESIDENTE (ASPÁSIA CAMARGO) – Desses 32 milhões, você tem na cabeça quantos pertenciam à nossa Cidade?

O SR. PAULO CANEDO – Posso informar depois, preciso fazer uma verificação, podemos fazer uma conta rápida. Se pudermos imaginar que cada um dos habitantes põe de esgoto 50 litros por dia, multiplica-se pela população e temos aí uma estimativa. Fez a conta já? Cinquenta por dia? Um homem produz cerca de 50 litros de esgoto por dia, multiplicamos pela população, seis milhões de habitantes e, temos aí quantidade de esgoto no Grande Rio.

Como estava dizendo, três pontos devem merecer lugar de destaque. Não são os únicos pontos, mas três pontos são importantes: 1. água para abastecimento público sob ponto de vista estratégico; 2. coleta e tratamento de esgoto urbano; 3. o lixo. A quantidade de lixo que é jogada nos rios e que acaba indo para as praias é absolutamente assustadora. A Serla está fazendo agora aquelas eco barreiras, que ela entrega para a empresa privada, uma armadilha de lixo flutuante nos rios. E essa empresa, então, depois que o lixo fica preso na armadilha, ela retira e dá destino. A quantidade de lixo retirada é absolutamente assustadora. Sabem quantos

pneus foram retirados do rio Tietê nessa obra que estão fazendo na Cidade de São Paulo? Trezentos mil pneus foram retirados do rio Tietê. Retira e dá destino. A quantidade de lixo retirado é absolutamente assustadora. Não é do Rio de Janeiro, mas esse número me causou espécie, sabem quantos pneus foram tirados do Rio Tietê nessa obra que está fazendo na cidade de São Paulo, no Rio Tietê? Trezentos mil pneus. Trezentos mil pneus foram retirados do Rio Tietê.

A SRA. PRESIDENTE (ASPÁSIA CAMARGO) – E aqui nós temos muito sofá, muita coisa. Não é? Fazendo um passeio de barco, se é que se pode chamar isso de passeio, pela Lagoa de Marapendi, eu vi vários sofás flutuando, e coisas incríveis.

O SR. PAULO CANEDO – Essa quantidade toda de lixo nos rios primeiro deteriora a qualidade das águas dos rios, e segundo, que acho muito pior, gera enchentes. E as águas que entram em contato com a população são águas contaminadas. E é por isso que no Rio de Janeiro morre-se mais de diarreia do que de Aids, câncer, todas essas doenças que enumeramos como inimiga número um do ser humano. A principal doença no Rio de Janeiro, não só no Rio de Janeiro, é a diarreia. E diarreia causada pelas águas contaminadas. Isso faz com que esses três problemas de que nós estávamos falando, de água, esgoto e lixo, interfiram no problema de saúde, como é de se esperar. Por isso é que o David Zee disse que nós temos visões segmentadas da cidade, para a qual estamos fazendo, o Plano Diretor, e é fundamental que os vários capítulos, que são as várias facetas com que nós devemos olhar para a cidade, tenham que ser imaginados na sua intersecção. Porque eles têm intersecção, e profundas. Não se pode imaginar uso do solo sem olhar o problema hídrico, não se pode olhar o problema hídrico sem olhar o problema do uso do solo, não se pode olhar o problema hídrico sem olhar o problema de cobertura vegetal. E assim vai. Os capítulos têm enorme intersecção. E o Plano Diretor só faz nexos se alguém se debruçar sobre essas intersecções. Não basta ver o setor de água ou o setor de saneamento, é necessário que veja o que de uso de solo, o que de saúde está interferindo no setor saneamento. Até porque a alocação de recursos deve seguir aquele princípio de que eu devo colocar meu próximo real no lugar onde gere maior riqueza, ou diminua a maior quantidade de prejuízo. É assim que fazemos em toda nossa vida. E quando se aloca o dinheiro em determinado setor tem que se ver qual é a consequência que essa alocação tem nos diversos setores, não só esse. Por exemplo, ao se aplicar no combate ao esgoto, à poluição produzida pelo esgoto, nós estamos colocando, e colocando bem, dinheiro para a saúde. Se a gente tivesse a necessidade de aumentar a relação leitos-doentes, devemos ter tantos leitos para tantos doentes, ou tantos doentes para cada leito, a

forma mais barata de diminuir o número de habitantes por leito é aplicar em água e esgoto. É muito mais barato fazer isso do que aplicar na duplicação de número de leitos. Isso não é sempre, isso é em picos de doenças endêmicas, mas 65% das internações hospitalares são ocasionadas por doenças de veiculação hídrica. Então, se nós quiséssemos reduzir esse número de doentes – porque doentes significa ocupação de leitos para doenças que eu tenho mais dificuldade de controlar, significa gastos públicos de nossos impostos para saúde – se nós quiséssemos diminuir isso tudo, otimizar isso tudo, deveríamos aplicar em saneamento. Há uma regra que diz que cada real aplicado em saneamento significa R\$ 4,00 aplicados na saúde. É sensivelmente mais barato aplicar no saneamento do que esperar ficar doente e aplicar na saúde.

A SRA. PRESIDENTE (ASPÁSIA CAMARGA) – Canedo, nós vamos ter que apressar um pouquinho aqui para dar tempo para um debate...

O SR. PAULO CANEDO – Eu só queria encerrar dizendo: entre todos os temas avaliados, citei aqui três que me preocupam particularmente, para cada um dos pontos importantes, devemos ter programas de correção e metas, metas para que a sociedade possa depois cobrar. Porque a sociedade organizada só participará, só militará se ela conhecer as regras. Como podemos tomar conta, participar, se não sabemos as regras vigentes?

Devolvo a palavra...

A SRA. PRESIDENTE (ASPÁSIA CAMARGO) – E depois, quem é o responsável?

O SR. PAULO CANEDO – Quem é o responsável?

A SRA. PRESIDENTE (ASPÁSIA CAMARGO) – Quem é, afinal, o ente federativo responsável por essa confusão. Eis o problema. E cabe ao Plano Diretor também especificar um pouco isso, cobrar isso dos outros entes federativos. Muito obrigada.

A SRA. VERA DODSWORTH – Só dois minutos. Faladas todas essas questões, é importante dizer que existem dois fundos: os fundos de conservação ambiental do estado e da prefeitura, que não se pode esquecer. Esses recursos estão aí. É uma questão de priorizar as ações. Eu só queria lembrar isso porque esqueci de dizer na minha fala. E mais do que isso, a integração entre as diversas instâncias de governo federal, municipal e estadual.

A SRA. PRESIDENTE (ASPÁSIA CAMARGO) – Exatamente. Estamos usando pouco os recursos. Os recursos são, em geral, pequenos ou nulos e as pessoas não sabem onde recorrer.

Eu queria fazer menção a um grupo grande da Agenda 21 que está aqui presente e que tem lutado muito por isso em vários pontos da cidade. Nós temos que saber como fazer, se é macro ou micro. Se nós vamos olhar o local, como foi sugerido aqui, e pressionar no local, ou se nós vamos ter que ter esses grandes números, essa lei dos grandes números, e pressionar pela irracionalidade que representa esse absoluto abandono de uma coisa tão grave como essa, que nós mal sabemos os números.

Então, eu queria passar a palavra agora porque, na verdade, estamos aqui tentando dar uma visão ampla e multidimensional da questão ambiental. No caso, nós sempre relevamos muito a dimensão urbana do meio ambiente. Meio ambiente urbano às vezes nem é percebido como meio ambiente. Só que quando o processo de ocupação urbana ocorre, ele vai provocando disfunções gravíssimas que são essas que o Canedo mencionou, porque a ocupação vem dessas infra-estruturas necessárias, além de outras mazelas. Então, nós temos aqui o David Cadermam, pessoa que merece toda a consideração da nossa cidade, porque ele fez um trabalho extraordinário para analisar como esta cidade foi sendo ocupada e depredada, embora, ele seja uma pessoa tão elegante que no seu trabalho, ele economizou os adjetivos. Mas é absolutamente traumático ler o seu livro “O Rio de Janeiro nas alturas” e agora esperar o próximo que vai interpretar tudo isso e ver como é que os gabaritos, como a ocupação vai ocorrendo e os gabaritos vão aumentando, a densificação vai ocorrendo, os recursos naturais vão acabando e eu, pessoalmente, me sinto muito grata a ele, porque o que ele mostrou sobre Copacabana, Ipanema e toda a região, enfim, a Zona Sul do Rio – nós estamos vendo agora ocorrer na Barra, Vargem Grande, etc. E não adianta esses PEU’s que nós estamos fazendo, eles podem melhorar um pouco, certamente melhorarão, mas não resolvem, porque não existe esta responsabilidade que foi cobrada aqui, na Mesa. A cidade rica, não estou dizendo da cidade pobre, das favelas, que este é um outro problema social gravíssimo. Mas estou dizendo até a cidade rica, que usa os mesmos métodos que a cidade pobre, isso é, a concentração de esgoto, o abandono dos recursos naturais; quem passeia pela Barra, Vargem Grande, Vargem Pequena, Recreio, pode apontar, um por um, os extraordinários patrimônios paisagísticos que existem naquela área. E, logicamente, vamos esquecer que eles existem, como aliás mostrou, lá, no livro do Cadermam.

Não sabia que Copacabana tinha uma pedreira que ia até dentro d’água. E sumiu completamente do mapa. Ela entrava pelo mar, na altura do Lido, mais ou menos. Impressionante isto! Sumiu! Há um pão de açúcar lá na Barra da Tijuca, que é a minha paixão,

vai sumir, porque virou pedreira. Então, é isso. Nós estamos aí, como o David falou, a cidade interagindo com os seus recursos naturais. Mas se nós não tivermos, realmente, uma militância em defesa desses pontos, que são pontos de referência naturais e paisagístico da cidade, esses pontos são destroçados, destruídos pela “civilização”.

Eu quero dar a palavra ao David.

O SR. DAVID CADERMAN – Uma boa tarde a todos.

Obrigado à Vereadora Aspásia Camargo pelo convite, através do nosso amigo Toledo, e à arquiteta que ganhou o concurso para a urbanização da Rocinha, aos componentes da Mesa e à platéia. Dentro da minha área de legislação urbanística, eu resolvi fazer um pequeno levantamento de como o meio ambiente foi tratado dentro da legislação na Cidade do Rio de Janeiro. É rapidinho e não demora.

Em 1900, um decreto do Prefeito regulava a construção e a reconstrução de prédios, o Decreto nº 762. falava das condições do terreno, que os terrenos pantanosos, alagadiços seriam aterrados e drenados, conforme as determinações dos peritos da Prefeitura. Falava também, e é uma grande preocupação do século XIX e início do século XX, sobre a questão do saneamento da cidade. Era a questão principal naquela época. Então, eles escreveram neste decreto que toda habitação teria obrigatoriamente de ter um porão para elevar o piso da cidade, que era um pântano no seu contato direto. Então, ela tinha que ter um porão, no mínimo, o primeiro piso afastado 50 cm do logradouro. Falava também da habitação dos morros, em 1900, “Nos morros na Praia de Copacabana, se permitirá em qualquer pavimento dos prédios que tenham pé direito de 4 metros”. Então, não falava das restrições de construção nos morros, falava apenas da limitação da altura das edificações. E ele tinha uma questão que aborda a arborização: nas ruas cuja largura for superior a 13 metros, a arborização entre os meios-fios e passeios por conta dos proprietários será obrigatória. Isso em 1900.

Posteriormente, num decreto de 1925, que regulamentava as construções, reconstruções, acréscimos e modificações no Rio de Janeiro, dizia-se: “aos proprietários compete manterem permanentemente limpos de toda a extensão compreendida pelas respectivas divisas, os cursos d’água ou as valas que existiam nos seus terrenos, ou coisas limitadas, de forma que nestes trechos a secção de evasão desses cursos d’água ou as valas se encontre completamente desembaraçada”. Ou seja, há 80 anos isso já existia, mostrando que a legislação sempre existiu, o problema mais é de fiscalização – o poder de polícia da Prefeitura. Nos morros de uma segunda zona urbana, poderão ser construídos, segundo as leis da Diretoria Geral de Obras e Viação, prédios para habitação, tendo número menor de pavimentos do que o exigido na tabela

constante do artigo, desde que estes prédios apresentem aspecto conveniente, com boa fachada, mais voltada para os lados em que o terreno desça. Então, basicamente, isso era o que tratava o decreto de 1925.

Em 1930, nós tivemos o Plano Agache, cujo nome era “Plano da Cidade do Rio de Janeiro – Extensão, Remodelação e Embelezamento da Cidade”. Esse plano foi abandonado apesar de ser concluído em 1930, porque foi feito na administração Washington Luís. E tão logo o Getúlio tomou posse, ele não queria ficar com um produto da administração de um Presidente que antecederia e mandou revogar este Plano. Era um Plano monumentarista e, no seu capítulo III, tratava dos grandes problemas sanitários da cidade, ou seja, há 76 anos atrás. E falava do clima da temperatura, da maré, da altitude, da umidade do ar, do solo urbano, do escoamento das águas pluviais, das inundações, do abastecimento de água e das águas residuais, em 1930. Depois, ele tratava do abastecimento de água e das inundações e escoamento das águas pluviais.

Posteriormente, em 1937, tivemos o Decreto 6.000, que vigorou até 1970, por 33 anos, que tratou também da questão da ocupação dos morros e da proteção, por exemplo, do Outeiro da Glória. E proibia a colocação de anúncios, figuras e inscrições de qualquer espécie, inclusive os luminosos, nos morros, nas colinas e elevações que circundam a cidade, nos que contornam a Baía de Guanabara, desde a entrada da Barra, nos que existem nas ilhas e nos que bordam e acompanham Niterói, e cujas encostas são visíveis desde o mar. Então, essa questão dos *outdoors* já é abordada em 1937, e era proibida. Era proibida, também, a colocação de postes de luz e de qualquer outro dispositivo, de letreiros, no lado em que o panorama era descortinado, nas estradas panorâmicas do Distrito Federal e naquelas que margeiam as Lagoas. Depois, trata das explorações das pedreiras, da questão dos areais – estou passando muito rápido, para dar oportunidade para o Debate.

Em 1970, o Decreto 3.800 tratou da defesa dos aspectos paisagísticos, dos logradouros e cursos de água. Nesse decreto, em 1980, na administração Israel Klabin, foi quando foi criado o corredor cultural e tinha uma vertente ambiental, tanto que ele hoje é membro de uma ONG ligada ao meio ambiente. Foi incluído um artigo cuja redação tive a oportunidade de colaborar naquela época eu pertencia à Prefeitura -, que era a defesa paisagística das encostas. Então, ele tratava das construções nos terrenos acidentados e nas encostas, estabelecendo uma série de condições. E também, acho que foi a Vera que citou, a arborização foi um decreto de 1980, que tratava, na execução do loteamento, da obrigatoriedade do plantio de mudas de árvores, em número mínimo correspondente a uma muda para cada 160 m², falava também da questão de que, se as mudas não puderem ser colocadas naquele local, elas seriam fornecidas ao DPJ.

E o PUB Rio, o Plano Urbanístico Básico, da Administração Tamoio, teve um item chamado “compartimentação ambiental” e tratou das elevações dos rio e canais, das lagoas e depressões. Mas não abordou praticamente nada na questão ambiental. Considero o PUB Rio um plano que teve um trabalho intenso na questão da identificação e diagnóstico, como o Canedo ressaltou, mas acho que, na hora das proposições, ele ficou um pouco perdido, principalmente na questão ambiental. E chegamos então – vou passar por cima de outro Plano Diretor, o de 1992 – ao nosso Plano que está aí e caberia até uma explicação. Essa minuta do Plano Diretor, elaborada pela Secretaria Municipal de Urbanismo, não foi encaminhada oficialmente à Câmara de Vereadores. Estou sabendo que a Comissão Especial de Relatoria vai encaminhá-lo como um substitutivo ao projeto de revisão do Plano Diretor, elaborado pela Procuradoria, e nele serão inseridas emendas por parte dos Srs. Vereadores, não é isso?

A SRA. PRESIDENTE (ASPÁSIA CAMARGO) – Não, acho que não é bem isso. O que está acontecendo é que, como houve um documento já discutido pelo Compur, que é um documento de que o senhor tem participado e eu também, o que os Vereadores estão considerando é assumir tanto o substitutivo que foi elaborado no grupo de trabalho, coordenado pela Secretaria de Urbanismo, quanto as emendas do Compur. E aí abrir esse projeto para emendas. Por isso, estou convocando as lideranças da cidade, ambientais e urbanísticas, para que possamos fazer essa integração entre o urbanístico e ambiental, que está, ao meu ver, bastante falha. E temos aqui que fazer justiça, porque um grupo de trabalho que se constituiu com funcionários qualificados da Secretaria Municipal de Meio Ambiente já tinha sugerido uma série de questões, que foram essas, basicamente, que a Márcia expôs aqui e que não constaram do documento que analisamos no Compur.

Então, acho que é o momento de se verificar todas essas propostas, tanto na área do saneamento, quanto na área do reflorestamento e na área de arborização, enfim, em todos os aspectos em que possamos fazer as emendas, porque, se perdermos essa oportunidade, vamos simplesmente repetir o Plano de 1992, que não foi devidamente cumprido. Então, a questão é sempre a mesma: como podemos romper o patamar da inércia, de simplesmente ignorar a legislação. Estamos vendo que, às vezes, a legislação existe, é positiva e não se aplica.

O SR. DAVID CADERMAN – Queria complementar.

A SRA. PRESIDENTE (ASPÁSIA CAMARGO) – E outras vezes, ela é ruim, é destrutiva. Então, são duas coisas diferentes que temos de enfrentar.

O SR. DAVID CADERMAN – Queria complementar. Com relação ao Plano Diretor, tenho duas propostas que já levei até ao Compur, Comissão Municipal de Políticas Urbanas, de que fazemos parte. Uma é a questão da gestão do Plano Diretor. Acho que já conversamos, teria que haver um órgão de gestão do Plano Diretor, que não fosse somente a Secretaria de Urbanismo. Teria que ser criado um órgão, uma Secretaria Municipal de Planejamento e que tivesse acoplada a questão orçamentária, porque o Orçamento não pode ficar dissociado do Planejamento. E hoje o Orçamento é feito na Secretaria de Fazenda ou pela Controladoria, e o andamento da cidade, na questão do planejamento, uma parte é pela Secretaria Municipal de Urbanismo, a outra é pela Meio Ambiente, outra pela de Transportes. Acho que tinha de ter um órgão gestor e que fosse também representativo, com todas as outras Secretarias. Essa é a primeira idéia.

A segunda é mais inovadora ainda; acho que tem que ver com o Plano Diretor referente à gestão ambiental e não inserido em um Plano Diretor, porque esse aqui é mais ligado à questão urbanística do que as outras questões, como Transporte, Saneamento e Meio Ambiente. Então, os itens estão todos espalhados aqui e se alguém tiver a curiosidade de ler o que está escrito, eles poderiam perfeitamente ser encaminhados e tratados com os maiores detalhes em um Plano Diretor de Gestão Ambiental. Era o que queria dizer.

A SRA. PRESIDENTE (ASPÁSIA CAMARGO) – Muito obrigada pela sua sugestão. Acho que assumimos aqui o compromisso de defender –, coisa que eu já vinha fazendo – mas o senhor sugeriu, com muito mais condições e preparo, a criação de uma Secretaria de Planejamento na Cidade do Rio de Janeiro. Nós não podemos ter uma cidade de 5,5 milhões de habitante e sem uma Secretaria de Planejamento. A Secretaria de Urbanismo e a Secretaria de Meio Ambiente não são capazes de resolver os problemas ambientais da cidade porque os problemas de transporte e moradia, por exemplo, são problemas ambientais.

Se não houver essa articulação entre o meio ambiente e a moradia, por exemplo, contemplando uma política mais ousada de moradias populares, não vamos resolver o problema das favelas. Logo, são questões que não podem ser minimizadas e também acho que o senhor colocou um problema importante, que é a minha visão e creio que todos aqui: A área setorial do Plano é muito fraca, muito ruim porque escapou justamente dessa coordenação urbanística – Transporte, Habitação, Meio Ambiente, etc.

Então, fica registrada a sua contribuição, que é muito preciosa para nós.

Eu vou passar a palavra, agora, à Márcia, pedindo desculpas pelo tempo tão curto que temos para debater, mas gostaria de registrar a importância da sua presença aqui e a necessidade de

formarmos um grupo de trabalho ou algo que pudesse ser constituído até a partir das pessoas presentes a esta reunião, hoje.

A SRA. ISABELA GUERRA – Bom dia a todos. Eu agradeço o convite que a Vereadora Aspásia Camargo fez ao Núcleo Interdisciplinar do Meio Ambiente da PUC-Rio e eu estou aqui representando o grupo.

Em função do adiantado da hora e como muitas colocações que eu havia pensado fazer, inicialmente, já foram trazidas aqui pelos colegas de Mesa, vou tentar ser breve e bem objetiva.

Fundamentalmente, do que eu tive a oportunidade de verificar desse projeto inicial, me pareceu relevante essa perspectiva de integração no sentido de o meio ambiente urbano, cultural e natural não desvincular a noção do meio ambiente, isto é, não é apenas o meio ambiente natural. Eu quero aproveitar as colocações iniciais da Samyra na pesquisa que foi feita e até tem um ponto interessante, porque como eu leciono Direito Ambiental, em geral, na minha primeira aula, eu abordo a questão do conceito Jurídico e peço para os alunos colocarem, isso, dentro do meio universitário.

Qual seria a impressão inicial deles sobre meio ambiente sem uma reflexão maior ou sem uma preocupação maior de colocar a definição jurídica? Daí, surge sempre uma referência ao meio ambiente natural. O meio ambiente cultural é sempre visto como um aspecto separado e não integrado ao meio ambiente. Então, o fato de o Plano Diretor ter uma perspectiva sobre meio ambiente cultural é absolutamente relevante e importante também sob o aspecto da divulgação das questões ambientais, urbanas porque um outro ponto, que é sempre recorrente, é a questão do acesso à informação.

Então, talvez um ponto para se buscar aprofundar seja o do acesso da população à informação, até para que ela saiba, depois, se há uma dúvida ou mesmo se há alguma situação para colocar ou alguma denúncia ambiental, e ela poder ter conhecimento para onde vai dirigir o seu direito de petição, a sua queixa ou como ela vai buscar estar integrada nesse processo de defesa o meio ambiente.

Talvez uma lacuna que tenhamos, seja nessa questão da informação e da participação da coletividade, porque realmente em termos até de legislação ambiental, em que pese podermos estar sempre evoluindo e buscando implementar, o Brasil pelo menos é feliz quanto ao fato de ter uma legislação federal, estadual e municipal. O que precisamos, agora, é buscar os mecanismos de concretização, até porque a Constituição da República foi ampla nesse aspecto, principalmente no Art. 23, quando ela diz que a competência é comum. Aí ela já deu a força para o exercício do poder de polícia ambiental para as três esferas do Governo, mas notamos, também, que em geral as pessoas pensam muito nessa

questão de controle e fiscalização do Ibama, talvez até pela integração desse órgão, por ser o órgão nacional. Mas, quando se pensa na questão estadual e dos municípios, a população já não consegue identificar bem e saber para onde se dirigir.

Esse aspecto até da referência do Plano Diretor aos órgãos de controle ambiental é importante. Um ponto que talvez devesse ser aprofundado, seja o da divulgação para a população dos órgãos ambientais e a busca de um mecanismo de integração desses órgãos, porque é sempre uma área carente de recursos e investimentos públicos e para termos realmente uma fiscalização adequada, é preciso investir, ter direcionamento de recursos públicos para essa área, mas é também buscar integrar os órgãos ambientais com maior eficiência, para não ter superposição da atuação do Poder Público.

Num sentido mais direto aqui da proposta do Plano Diretor, tem uma área também muito sensível, que é a questão da ocupação de áreas protegidas, a ocupação irregular. Como buscar nesse planejamento e encontrar mecanismos para evitar que tenhamos a população em áreas de risco, pois isso significa em primeiro plano um risco para as pessoas que estão nessas áreas quando vem a chuva.

E cada vez mais há necessidade de investimentos públicos. Se tivéssemos prevenção, talvez não fossem tantos os gastos. Então, seria interessante que tivéssemos destinação para pôr nas áreas de vegetação, de preservação permanente, as áreas de encostas, topos de morros, ao longo dos cursos de água.

É claro que temos uma lei nacional, o Código Florestal, que define a impossibilidade de ocupar essas áreas, mas há sempre aquela discussão: O Código Florestal se aplica na área urbana? Não tenho dúvidas que, pela redação do Art. 2º, da Lei nº 471/65 se aplica, até pela referência ao Plano Diretor. Mas gostaria de ver essa parte detalhada. A Márcia colocou bem, fez referência a essas áreas, mas no projeto que tenho em mãos não cheguei a perceber o direcionamento.

O Art. 16, que fala dos mecanismos de defesa do espaço público, coloca a parte de ocupação do solo, que virão leis específicas para concretizar o que a lei complementar fala. Mas, talvez, a gente já pudesse ter alguma disposição no sentido, assim como foi feita referência à área de proteção cultural, da defesa das áreas de preservação permanente.

Outra espécie de área protegida, no sentido das unidades de conservação, que vai para outro ponto do Plano Diretor, está no Artigo 132. O parágrafo 3º fala, especificamente, de parques, está previsto na lei nacional, nº 9.985/2000. O Plano Diretor toca numa nova unidade, que seria o parque municipal urbano, que não seria considerado uma unidade de conservação. Temo que isso traga alguns efeitos práticos complicados, alguma dificuldade de implementação. A Lei Federal, nº 9.985/2000, quando define uni-

dade de conservação, e, depois, quando especifica a questão do parque, não faz essa distinção do parque elemento cultural ou apenas ecológico – ela usa o sentido ambiental, que é mais amplo.

Gostaria de sugerir que houvesse mais funda análise, que se pensasse melhor nessa nomenclatura para esses espaços. Talvez, não retirar a idéia do parque, mesmo daquele criado com a perspectiva de lazer, com a perspectiva da paisagem urbana ou cultural, mas, deixá-lo integrado à unidade de conservação. A disposição específica que tenho aqui seria o Artigo 132, parágrafo 3º, dando maior sentido à questão do parque.

No mais, concordo com as colocações iniciais, principalmente o problema dos corpos d'água, do acesso à água, que é um problema local, mas também um problema universal. Temos visto grandes colocações a respeito disso. Em grandes centros de estudo da França, a questão de enfoque atual é o problema da água: sem água, nenhum de nós poderá sobreviver.

Só gostaria de agradecer o convite, e dizer que concordo com as colocações anteriores. Fiquei muito satisfeita de poder participar de um Debate, com uma Mesa tão especializada e, também, ver que temos preocupações comuns.

Muito obrigada.

(PALMAS)

A SRA. PRESIDENTE (ASPÁSIA CAMARGO) – Muito obrigada, Isabela. Foi muito importante a sua contribuição técnica na discussão das unidades de conservação, e de todo grupo da PUC que você representa. É muito bom para nós ver você aqui.

Queríamos anunciar a presença do nosso líder do Partido Verde, Alfredo Sirkis, que acaba de ver consubstanciada sua candidatura para o Senado Federal, na coligação do Partido Verde com o PPS e com o PFL. Venha aqui, e nos dê o prazer de participar de nossa Mesa. Hoje é o Dia Mundial do Meio Ambiente, e você fez muito pelo meio ambiente desta cidade, inclusive toda a legislação original do Plano Diretor de 1992, da Lei Orgânica e tudo que estamos discutindo no novo Plano Diretor.

Muito obrigada por sua presença.

Agora, vamos abrir o Debate.

Quem quer se manifestar? Vamos fazer a inscrição. Quem é Jocelino, o primeiro? Vou pedir que seja rápido, porque vejo que são muitos.

O SR. JOCELINO CAVALCANTE PORTO – Boa tarde, companheiros. Inicialmente, gostaria de parabenizar a todos, à Secretária, à Vereadora e aos companheiros da Mesa.

Ouvi falar da pesquisa de conscientização ligada à escolaridade, da participação popular, que tem a ver com nossa proposta a respeito das favelas, da Federação de Favelas. Estou aqui repre-

sentando a Faferj, o Rio Acari, e as ocupações irregulares nas favelas.

Aproveito para me colocar, Vereadora Aspásia Camargo, à disposição para colaborar na questão das favelas.

A SRA. PRESIDENTE (ASPÁSIA CAMARGO) – Sem dúvida!

O SR. JOCELINO CAVALCANTE PORTO – Em todas as colocações das pesquisas, vimos que há desinformação nas favelas, mas também estamos organizados. Por que o município não organiza seminários, conferências com as comunidades, com o povo do Município do Rio de Janeiro? Já participei de conferência estadual e nacional, e nós, lá na favela – está aqui a Agenda 21, representada pela Isis, que esteve várias vezes lá na Favelinha, em Acari e Rocha Miranda -, temos realizado muitas conferenciinhas. Eu também sou da camada pouco escolarizada, e estou tentando levar consciência para dentro da favela. Precisamos de ajuda, precisamos levar informações daqui para dentro da favela. A PUC foi nos entrevistar lá na Faferj: demos a nossa contribuição. Quando nos candidatamos a colaborar com a Agenda 21, em 1996, perguntei de que forma poderíamos contribuir, e disse: “Quero fazer a Agenda Local”. Fizemos a Agenda Local em 1996. O NEP está fazendo 10 anos de atividade dentro das favelas, e ninguém sabe disso. Todo mundo conhece o *Greenpeace*, mas ninguém conhece o “Greenpobre”. Lá, fazemos campanha da erva cidreira, o bate-papo-ecológico, as coisinhas miudinhas, plantinhas. Eu sou conhecido como “o das plantinhas”. Uma vez, até ironizaram dizendo: “Ah! Ele só sabe mexer em plantinha e fazer o chazinho!” Eu botei aqui no nosso convite: “Jocelino, o chazinho tradicional”. Para mim, é um orgulho fazer chazinho. Nosso trabalho começou com um chazinho. Criamos uma escolinha ecológica, em 1996, e, agora, estamos capacitando as lideranças comunitárias. Pedimos ajuda à Agenda 21, e vamos realizar um seminário dentro da Faferj, com as favelas. Essa é uma iniciativa nossa, do nosso grupo, junto com a Agenda 21, e precisamos de ajuda.

Só quero fazer algumas perguntas, para encerrar. Como arborizar as favelas? Eu sou Diretor do Centro Cultural da Favela de Acari, e o Rio Acari pede socorro há muito tempo. Desde 1996 a gente vem trabalhando, e em 2000 realizamos um abraço ao Rio Acari. Muitos sabem disso? Não sei. Levamos para a mídia, o Viva Rio estava lá, e outros também. A iniciativa de abraçar a Praia de Ramos foi nossa, foi idéia da favela. O Sirkis estava com o Rubens César Fernandes na Faculdade da Cidade, na Lagoa Rodrigo de Freitas, e fiz essa proposta ao grupo: “Por que não abraçar a favela mais poluída do mundo?” Aceitaram, e transfor-

maram aquilo lá no Piscinão, mas quem apareceu como dono da história foi o Dicro. É estranho, não é?

A outra pergunta: “Favelização, como posso ajudar?” Estou aqui para ajudar. Há uma controvérsia, e um grupo lá da Faferj mesmo “bate” de uma forma diferente. Eu quero ajudar, por isso não tenho vindo nas reuniões de remoções, só venho nas reuniões de meio ambiente. Podem contar comigo. Em todo jornalzinho da Faferj sempre sai uma matéria nossa. Sempre passo uma matéria sobre meio ambiente. Acho que é isso o que eu tenho para dizer a vocês, e também que no Governo Brizola, em 1994-1995, ele levava todo o pessoal, todas as lideranças de favelas para conhecer o Guandu. Foi muito importante para nós, pois deu para saber como funcionava a adutora, e aprendemos. Ainda não existia a Agenda 21, ainda não existia a conscientização.

Muito obrigado. Eu quero é contribuir com os companheiros e podem contar com a Faferj.

A SRA. PRESIDENTE (ASPÁSIA CAMARGO) - Jocelino, muito obrigada. Você é um exemplo de liderança madura e responsável, que pode nos ajudar muito nesses conflitos que temos que resolver.

Vou passar a palavra ao Alfredo Sirkis, que quer se dirigir a vocês.

O SR. ALFREDO SIRKIS - Bom dia a todos. Estamos fazendo, na Cinelândia, uma atividade do Dia do Meio Ambiente, e também uma campanha do PV, dentro do nosso objetivo de conseguir em todo o Brasil 5 milhões de votos, que nos permitam ultrapassar a cláusula de barreira e manter o Partido no cenário político nacional. Vou ter que voltar para lá, mas vim aqui para lhes dar um abraço, e aproveito que o companheiro se referiu a uma questão muito importante do ponto de vista social e ambiental, que é a questão das favelas. Vou deixar, rapidamente, uma reflexão. Tenho uma longa experiência nesse assunto, fui Secretário de Meio Ambiente entre 1993 e 1996, e nessa ocasião desenvolvi o mutirão de reflorestamento; depois, fui Secretário de Urbanismo, entre 2001 e início de 2006, e nessa ocasião desenvolvi o Projeto do Pouso, na Coordenadoria de Regularização Urbanística, os Postos de Orientação Urbanística e Social. Falo dentro de uma coisa muito prática. Acho que a questão da favela tem sido objeto de uma abordagem histórica por parte da imprensa. Houve na nossa história duas estratégias equivocadas - uma estratégia dos anos 60, que era a remoção em massa; e uma estratégia nos anos 80, que era simplesmente achar que a favela não era um problema e sim uma solução. Ela é uma solução, mas também é um problema. Acho que desde o início dos anos 90, existe um consenso que já perpassou sucessivas administrações de que a nossa estratégia é urbanizar, integrar a favela à cidade. No caso,

falou-se da questão das áreas verdes. Acho que a experiência do mutirão é uma experiência muito importante. Temos cerca de 1800 hectares de mais de 80 comunidades que foram reflorestadas pelo mutirão de reflorestamento, que já criou oportunidades de trabalho para mais de cinco mil adolescentes, em muitos casos, retirando esses garotos da esfera do tráfico. Então, é uma experiência muito bem sucedida e espero que continue a ser. Espero que a Secretaria de Meio Ambiente da Prefeitura continue priorizando, como fez nos seus primórdios esse projeto, que é maravilhoso.

Por outro lado, do ponto de vista urbanístico, a nossa perspectiva é muito simples: até 2003, a Secretaria de Urbanismo nunca havia trabalhado com favela; era uma secretaria que existia apenas para a cidade formal; da mesma forma em que, até certo tempo, os mapas do Município do Rio de Janeiro não mostravam as favelas, como se elas não existissem. Então, assumimos, a partir de 2003, que a Secretaria de Urbanismo tinha que ser para a cidade formal e para a cidade informal. Foi retirado, da Secretaria de Habitação, um embrião de infra-estrutura que venha a se tornar um Pouso. O Pouso, ou a Coordenadoria de Regularização Urbanística, hoje está trabalhando em 61 comunidades. É muito pouco: são 700, e estamos em 61 comunidades realizando um trabalho que consiste: em primeiro lugar, lançar na cartografia oficial da Prefeitura, dando nome a todos os logradouros e todos os espaços públicos; número e endereço para todas as edificações, de forma que todo mundo tenha endereço e cada um daqueles bicos seja um logradouro público e tenha o seu nome.

Em segundo lugar, dando a regularização urbanística - que é diferente da fundiária - com a concessão de *habite-se* para a esmagadora maioria das edificações, com exceção daquelas que estão em área de risco, em áreas ambientalmente muito sensíveis e aquelas que estão sobre logradouros ou equipamentos públicos. Essas precisam ser reassentadas no próprio local ou num local o mais próximo possível. Mas, isso constitui cerca de 3% das edificações, quando muito.

A terceira etapa, talvez a mais importante, é criar regras para se poder construir legalmente dentro das comunidades, com licença e tudo, porque são regras que evidentemente não podem ser as mesmas do asfalto. São quatro regras basicamente: respeito as ecolimites, que são os limites que assinalam a fronteira entre a comunidade e a área verde, que não pode ser ultrapassada, dessa forma coibindo o chamado crescimento horizontal, que, ao contrário do que uma certa Imprensa noticia, tem sido bastante bem sucedido em todas as áreas mais próximas do Centro da Cidade, da Zona Sul e da Zona Norte. Na verdade, a experiência dos ecolimites - que começaram a ser implantados em 2001 e contiveram o crescimento horizontal das favelas - é muito mais bem sucedida do que esperavam as nossas expectativas mais otimistas no mo-

mento. A população das favelas quer que haja regras, quer que haja cidadania, quer respeitar que sejam democraticamente discutidas e consertadas com os próprios moradores.

Então, em primeiro lugar, ecolimites. Em segundo lugar, altura máxima. Essa é uma outra questão. Sabemos que hoje, naquelas comunidades mais próximas das áreas de classe média, o crescimento se dá na vertical. Isso é ruim? Não necessariamente. Pode ser ruim quando chegamos a prédios de 11 andares, como acontece na Rocinha e em alguns casos. Por quê? Não porque vão desabar, porque são construções muito sólidas, utilizam uma quantidade de concreto e material de construção bem superior ao que seria o mínimo necessário, mas porque internamente são insalubres. Agora, numa rua que tem prédios de dois andares e outros prédios de três, de quatro, você define que o gabarito é quatro andares e as pessoas fazem lá os seus acréscimos, não tem problema. Mas tem que ser uma coisa ordenada, tem que haver uma definição dos gabaritos em discussão com a comunidade de uma forma realista, levando em consideração a situação que existe em cada uma dessas áreas e sabendo exatamente quais são os limites.

A terceira questão começa com essas condições mínimas de salubridade em termos de insolação – o sol tem que poder bater – em termos de ventilação e em termos de infra-estrutura – esgoto, drenagem, essa coisa toda.

O quarto aspecto: respeito ao espaço público. Não se pode construir em cima da viela; não se pode construir em cima da praça, que é o espaço público da comunidade; não se pode construir em cima da galeria pluvial; não se pode construir onde vai passar a rede de esgoto; e assim por diante.

Agora, com essas quatro regras, é possível se estabelecer um código de construção, um código ambiental simplificado, específico para cada uma das comunidades. As edificações e seus acréscimos ou as edificações novas passam a ser oficialmente licenciadas pela Prefeitura, da mesma forma que os DLFs e as GLFs fazem nos bairros, só que é o Pouso que dá essas licenças. Com isso, temos regras. Isso possibilita, inclusive, ao setor formal da construção civil construir na favela, o que é um negócio que pouca atenção despertou até agora, mas que certamente, no futuro, vai acontecer absorvendo o construtor irregular. Esse construtor tem algumas vantagens aparentes, mas, em termos de macroeconomia, não tem, porque é o setor formal que tem a capacidade de comprar material em escala e essa coisa toda. Isso é uma questão de tempo. Já temos, em cerca de 12 comunidades, essas regras definidas; o Pouso tem condições de rapidamente fazer isso nas 61 em que atua, e esse trabalho tem que ser ampliado.

Então, qual é o grande problema das favelas no Rio de Janeiro? São dois: não é como uma certa Imprensa pretende, que a estratégia esteja errada ou que tenhamos que voltar àquela ilusão dos anos 60, que acha que pode tirar a Rocinha e mandar todo mundo

para Santa Cruz. Estão delirando completamente. Na verdade, o que precisamos é poder aprofundar e executar, de fato, uma política que não é a da atual administração. É uma política do corpo técnico da Prefeitura, que começou a ser definida nos anos 90, passou pelo Governo do Marcelo, passou pelo primeiro Governo do Cesar, passou pelo Governo do Conde, pelos dois governos, e, agora, do Cesar. É uma política de estado, não é uma política de governo, é uma política do corpo técnico da Prefeitura e é a única que pode funcionar. Mas há dois grandes obstáculos. Primeiro, a escala do problema, que é enorme. Falei de favela, mas me refiro da mesma forma aos loteamentos. Então, nós temos cerca de 1 milhão e 100 mil pessoas morando em favela, mais umas 800 mil morando em loteamento, e o tamanho do problema é gigantesco. A escala é um grande problema.

O segundo grande problema é a presença deletéria, desarticuladora do tráfico. Não que a Prefeitura não consiga subir a favela, que tem tráfico. Não, ela sobe, ela trabalha e tudo, mas o problema é que a presença do tráfico, com a quebra do monopólio das forças armadas sobre armamento de guerra e com o controle territorial que o tráfico exerce, sinaliza desobediência, sinaliza transgressão para todos os extratos da sociedade. Quer dizer, se o cara pode andar com uma AR-15, ameaçar todo mundo, matar as pessoas, então, não tem lei. Imagina se eu vou ter que seguir essa regra de que aqui eu não posso construir porque é área verde, ou ali eu não posso construir porque vai passar a galeria de esgoto. Quero mais que se dane. O sujeito vende contrabando na rua, vende produto de receptação, porque, na medida em que a grande transgressão acontece e fica impune, as pequenas transgressões são consideradas parte do jogo. Então, a presença do tráfico é altamente deletéria por essa razão. Claro que, às vezes, ameaça diretamente, mas de uma forma geral os nossos técnicos do Município do Rio de Janeiro, do corpo profissional da Prefeitura, independentemente da administração, estão calejados, eles têm muita experiência, sobem favela quase sempre. Das minhas quase duas décadas de acompanhar como Vereador e como Secretário esse problema, me lembro de um incidente, que foi quando o Alfredo, num mutirão de reflorestamento, passou umas cinco horas seqüestrado na Rocinha. Foi o único caso que nós tivemos de problema dessa ordem. Claro que tem problema de bala cruzada, mas não há uma ação contra a Prefeitura. Existe uma situação de descontrole completo que prejudica muito qualquer tipo de trabalho que você faça nas comunidades.

Então, nós temos esses dois enormes obstáculos a serem superados, escala e tráfico, mas eu sou otimista. Tenho, no meu *site*, insistentemente, chamado a atenção para essa série de reportagens, que parece que foram feitas para colocar as pessoas em pânico. Diziam que a Favela da Chacará do Céu, no Leblon, estava crescendo desordenadamente. Eu mandei uma foto para o jornal,

mostrando que eu tinha passado por lá de helicóptero em 2001 e que aquilo já existia, não havia nenhuma expansão horizontal, as casas eram as mesmas que já estavam lá.

No caso do Vidigal, por incrível que pareça, diminuiu a área horizontal ocupada pela Favela do Vidigal depois do Projeto Favela-Bairro quando ele foi implantado ali. Então, eu mostrei a foto, porque as pessoas não se lembram como era o Morro Dois Irmãos há dois anos atrás. Era desmatado, totalmente coberto de capim, e como ele está hoje: uma floresta, Mata Atlântica reconstituída na sua variedade, com os ipês coloridos. E as pessoas não se lembram.

Então, eu acho o seguinte: o Rio de Janeiro tem milhares de problemas. Agora, se as pessoas ficarem nessa depressão e se nós não valorizarmos as conquistas que foram alcançadas, as coisas boas que aconteceram nesses anos, não fruto desta ou daquela administração, mas da ação de inúmeros cariocas e fluminenses, nós vamos viver na depressão. A gente tem que entender que a situação é grave, que os problemas são sérios, mas a gente tem que usar cada conquista, cada realização, cada coisa boa que aconteça, valorizar isso e usar isso como alavanca para poder ir mais adiante.

É isso. Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (ASPÁSIA CAMARGO) - Eu vou dar a palavra ao Irenaldo, mas eu vou pedir a todos que tenham paciência conosco, porque houve uma série de dificuldades. Primeiro, todo mundo chegou um pouco tarde, houve problemas com o equipamento, e o número de convidados era bastante grande. Então, vou pedir a todos aqueles que possam se comunicar por *e-mail*, ou por outro meio, que façam grupos de trabalho partindo daqui, porque o Plano Diretor vai exigir de vocês um esforço de mobilização e de consolidação.

Eu vou passar a palavra ao Irenaldo, porque ele está querendo muito falar, e vou pedir aos demais que sejam generosos e que possamos postergar essa discussão.

O SR. IRENALDO HONÓRIO DA SILVA - Não se trata de falar. Acho que nós temos que ter consciência das situações, porque nós não estamos aqui de brincadeira. Já estou na Agenda 21 desde 2000, e pagando passagem do nosso bolso, gastando dinheiro do nosso bolso. A grande verdade é essa.

São muitas leis que já foram criadas e essas leis não são respeitadas, não se cumpre nada dessas leis, e com o Plano Diretor é a mesma coisa. Teve o Plano Diretor anterior e os próprios Vereadores o engavetaram. Agora tem de novo. Eu acho que a gente tem que ter consciência da situação não só do Rio de Janeiro, mas do país inteiro.

Eu, como Presidente da Associação de Moradores de Cordovil, bairro que está completamente abandonado pelo Poder Público, vejo muitas empresas fecharam as portas, até em torno da Av. Brasil, porque o local está completamente degradado, não tem nada. A empresa abre as portas, mas ela vê que está completamente jogado às traças, fecha e vai embora. Não tem uma infraestrutura, não tem revitalização de nada.

Então, há um monte de lei que foram criadas e no fim das contas não se cumpre nada. Eu acho que se deve rever essas leis que estão aí, colocar na frente para depois repor outras.

Outra coisa - é a minha opinião - hoje não são todas, mas eu acho que as Secretarias da Prefeitura não tinham que ser administradas por políticos, por Vereadores; tinham que ser administradas por técnicos, porque muitos Vereadores fazem cabide político nas Secretarias.

Hoje mesmo, na Secretaria de Meio Ambiente, tentei marcar duas reuniões com a Sra. Rosa Fernandes, mas até hoje não foram marcadas. São dois projetos que há na comunidade: a reforma da praça e o pedido que fiz de uma ciclovia em volta do Rio Irajá, onde as pessoas caminham de manhã correndo o risco de serem atropeladas, mas até hoje não foi feito nada. Acho que as Secretarias do Município deviam ter Secretários Técnicos, e não Vereadores, porque muitos fazem cabide político das Secretarias - essa é a minha opinião.

Outra coisa: acho que tem que haver uma visão melhor das favelas. Por quê? O Governo faz obras na favela, retira as pessoas do local, mas não investe naquele local, e as pessoas voltam. Muitas alugam as casas de onde foram removidas e voltam para o mesmo local que estavam, como aconteceu com algumas pessoas que foram para Costa Barros: alugaram as casas lá e voltaram. Aquele espaço, que estava vazio - onde a Prefeitura não fez nada -, foi ocupado por outra pessoa.

Então, acho que tem que haver uma visão melhor, quando forem retirar essas pessoas: reocupar o local de onde essas pessoas foram retiradas, para que elas não voltem ou que outras pessoas ocupem o mesmo lugar. Uma pessoa - não foi na minha gestão não, foi na gestão de outra pessoa - foi retirada e ela havia feito uma casa em volta de uma árvore; a árvore está dentro da casa. Uma pessoa mora na casa, mas foi retirada uma outra pessoa de lá. Outro morador foi lá, fez a casa dele. Se você for lá, vai ver uma árvore enorme dentro da sala, mas por quê? Porque não foi feito isso antes. A pessoa foi retirada? Foi, mas tem que fazer outra coisa naquele local ali, para não deixar o espaço vazio e as pessoas recomponem esse local.

Outra situação: gastou-se muito na limpeza da Baía de Guanabara. Para mim o que foi feito, lá em Ramos, não é piscinão; é pinicão, pois é um detrito de pessoas jogadas ali. Um dinheiro gasto, no final de contas, em vão. Por quê? Os rios, que cortam a

cidade e que deságuam na Baía de Guanabara não estão sendo despoluídos. É um enorme gasto de dinheiro, e não se resolve nada.

O Rio Irajá pega um monte de rios transversais que jogam nele e ele joga diretamente na Baía de Guanabara. Lá está uma podridão enorme. Na época de verão, as crianças sofrem com coceiras, com feridas. Não fazem uma avaliação melhor da despoluição. Eu acho que, primeiro, tem que despoluir os rios: o Rio Acari, o Rio Irajá, outros rios que desembocam na Baía de Guanabara, para depois despoluir a Baía de Guanabara.

“Vamos fazer o emissário submarino”. Tiram lá – com licença da palavra – o cocô daqui para jogar lá embaixo. Esse cocô não vai voltar? Esse detrito não vai voltar? No final de contas, gasta-se uma enorme quantidade de dinheiro e não se resolve a verdadeira situação que tem de ser resolvida. É um gasto enorme jogado fora, porque os rios estão lá, e não fazem, primeiro, um trabalho de despoluir aqueles rios, mas fazem lá no final, na Baía de Guanabara. Onde está o dinheiro, até mesmo o da Petrobras? Onde está o dinheiro das grandes empresas que poluem o Rio de Janeiro? Poluem não só o Rio, mas o Brasil inteiro.

A Alemanha hoje faz um trabalho sério na reciclagem de materiais, da separação de materiais. No Brasil não se faz um trabalho de reaproveitar esses resíduos. Você compra um sapato. Vem a caixa, a sacola e outros produtos, mas não há um recipiente adequado de separação para colocar o resíduo sólido, o resíduo orgânico, essa separação dos 3Rs na verdade. “Vamos fazer um trabalho de reciclagem?” Vamos. Montam uma empresinha ali, o cara está ganhando dinheiro, está metendo dinheiro no bolso, mas, na verdade, não está resolvendo nada.

Era isso o que eu queria dizer.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (ASPÁSIA CAMARGO) – Muito obrigada. Você disse muitas coisas importantes. Eu registro que, realmente, devemos prestar atenção em muitas coisas: arborizar as áreas que porventura tenham que ser removidas; mais administração e menos política – acho que isso é um clamor coletivo –, e é por isso que estamos aqui com o corpo técnico da Secretaria de Meio Ambiente, para nos ajudar agora a corrigir o projeto que veio troncho e que veio aos pedaços, por conta de várias articulações ou várias consolidações que foram deixando os pedaços perdidos. Mas acho que o seu clamor, que é de todos nós, é exatamente esse: criar mecanismos, Agenda 21 e Plano Diretor. Mas as coisas não andam porque elas não entram no planejamento. Foi o que foi dito aqui: “não fazem parte do planejamento político da Prefeitura”. Quer dizer, é preciso que seja prioridade política, porque o que se pede é muito pouco, é muito pouco. Tudo isso é muito pouco: Agenda 21, Plano Diretor. Isso tudo é muito pouco.

Saneamento já é uma coisa de grande escala, que exige a participação estadual e federal, e já estamos numa outra esfera.

Há questões como a despoluição que exigem a participação da comunidade, porque muitas vezes o que está ali é inevitável, outras vezes não é. Há coisas que dependem da educação ambiental, sim, que foi proposta aqui pelo Juscelino e por você. Temos que ter um trabalho de conscientização, porque não é possível jogar um sofá, ou 200 mil pneus dentro d'água, isso não tem lógica. Isso é barbárie, seja de quem for. De onde venha, não pode acontecer.

Enfim, estou aqui usando o tempo que é possível.

Com a palavra, a Sra. Marlene Parente.

A SRA. MARLENE PARENTE – Eu sou da Agenda 21 de São Conrado. Nós juntamos várias leis, a partir de 1960, que podem ser colocadas em prática, mas que não são. Essa aqui é a nossa colaboração.

Outra coisa. A Márcia Guerra, quando apresentou as metas, omitiu uma coisa, que foi uma luta muito grande, a Ari, de São Conrado. Então, ela vai consertar, no Plano Diretor. Por favor, porque foi uma luta muito grande.

Há 25 anos, nós fizemos o plantio da Estrada da Gávea, desde o Viaduto Mestre Manoel até lá embaixo, depois da Gávea Golfe, com auxílio da Parques e Jardins. E todos os que tinham sido multados fizeram o plantio ali, com auxílio da Parques e Jardins. Então, ali está tudo arborizado. E isso é possível!

Obrigada. Boa tarde.

A SRA. PRESIDENTE (ASPÁSIA CAMARGO) – Obrigada, Marlene. Vamos, Fábio.

A SRA. ISABELA GUERRA – Só um aparte. Eu esqueci de mencionar a ARI aqui. Mas ela está dentro das unidades de conservação. A gente não esqueceu lá no Plano, não.

A SRA. PRESIDENTE (ASPÁSIA CAMARGO) – Está bem. Vamos, rapidinho, por favor.

O SR. FÁBIO GOMES SOARES – Boa tarde para todos.

Vamos ser rápidos. Eu sou engenheiro agrônomo. Estou representando a Associação de Engenheiros Agrônomos do Rio de Janeiro. Vou buscar só cinco pontos no Plano Diretor.

Agricultura. Nós temos uma coordenação de agricultura no Município do Rio de Janeiro, cuja mesa não está sentada aqui. Seria muito importante colocar esse ponto. Percebemos que havia um integrante da Mesa que colocou vários planos diretores, de 1930 ao que nós estamos tentando reformular agora. Interessante. Quer dizer, continuamos caminhando no mesmo caminho. Aí,

colocou muito bem o nosso amigo de branco, que eu acho que a gente deve refletir mais sobre o que já foi feito.

Nós falamos dos rios. Está aí o Canedo, um doutor na área de recursos hídricos. Onde estão os comitês da Bacia do Guandu? Onde estão os comitês? Eu até trago essa reflexão para a nossa Vereadora, para que a gente não deixe fugir esses questionamentos. Nós temos o Comitê da Bacia do Guandu, do qual eu participei da fundação, lá na Universidade Rural. Nós devemos abraçar, também, esta causa.

Nós falamos da participação da população. Eu não vejo pessoa melhor para nos orientar – nós já vínhamos batendo nessa tecla: é a Ísis, da Agenda 21. A Agenda 21 conseguiu alcançar a população. Ela conseguiu fazer isso. Coisa que o Poder Executivo, o Poder Legislativo, até hoje, no Rio de Janeiro, não conseguem fazer.

A Agenda 21 conseguiu, através da Ana Batista e da Ísis, que está aqui conosco. Vamos aproveitar a Ísis.

(PALMAS)

Uma questão muito importante é a questão do lixo. Eu trabalhei seis anos na Comlurb, na área de Recuperação de Áreas Degradadas. Nós fizemos um projeto interessante no Zona Oeste, que é o Ecoponto. Fui eu que criei o Ecoponto, com o Diretor Brito, que foi exorado há mais ou menos um ano. Os Ecopontos funcionam. Lixo é dinheiro. Lixo é uma coisa que pode trazer alguns benefícios para muita gente.

A questão de criar um órgão ambiental. Perfeito! Eu acho que a Secretaria de Habitação, ou a Secretaria de Meio Ambiente, não consegue abranger tanto quanto deveria, nas questões ambientais. Então, eu acredito que um órgão gestor poderá canalizar um recurso destinado para esse fim.

Eu encerro minhas palavras com a seguinte questão, que para mim fecha esse evento perfeitamente: o uso é que protege. A Vereadora Aspásia Camargo foi muito iluminada em colocar essa frase. O uso é que protege. Quando você abandona uma área, com certeza, ela vai ser ocupada por um outro motivo, seja pelo tráfico, seja por uma urbanização desordenada. Então, você tem que usar. O Poder Público tem que usar e tem que dar a oportunidade para a comunidade usar.

Obrigado.

(PALMAS)

A SRA. PRESIDENTE (ASPÁSIA CAMARGO) - Muito bom. Donato, meu amor, estamos aqui sendo expulsos da sala.

O SR. DONATO VELLOSO - Só para terminar. Meu nome é Donato. Eu vou ser rapidíssimo.

Eu vou dizer só três coisas, que são bem relevantes, que deixaram escapar.

Eu coordeno um movimento denominado Pacto de Resgate Ambiental, pela revitalização e conservação permanente dos corpos hídricos da Bacia de Jacarepaguá. Faço parte do Conselho Estadual, através da ONG Lagoa Viva.

Três aspectos que eu acho muito importantes para a gente refletir. A questão de um instrumento fiscal, que são os exemplos que a gente vê em outros municípios no resto do mundo, para poder estimular o empresariado a efetivamente investir. Quer dizer, as compensações tributárias. Nós estamos em uma Casa de Leis e temos que lutar por isso. Isso é o que funciona. Não adianta. O mundo é capitalista. Se o empresário vê o interesse da grana lá, fica fácil, aí, ele vai botar dinheiro.

A questão da revitalização do corpo do Executivo, em termos de capacitação. Isso é uma coisa fundamental. A gente vê os quadros todos aí arrebitados. Como é que a gente pode exigir alguma coisa da Feema, da Serla, das Secretarias, em nível Municipal e Estadual? Isso é fundamental. Eu não vejo ninguém se preocupar com isso. Terceirizar, terceirizar...! Isso é brincadeira! Colocam papagaio, cachorro, tudo com interesse político.

E a questão da transparência na utilização da verba pública. Eu tenho um exemplo aqui, que vou citar bem rapidinho: revitalização de pracinha. Nós temos gente aqui. Eu não vou declinar nomes, porque não seria ético. Mas eu tenho um amigo meu de empresa que custou R\$ 100 mil para a empresa. Quer dizer, a empresa ganhando dinheiro em torno de R\$ 100 mil e aquilo custou R\$ 300 mil para a sociedade. Isso, em uma pracinha. E foram revitalizadas várias pracinhas no nível municipal. Quer dizer, por aí vai o nosso dinheiro. Fica complicado. A participação da sociedade nessa esfera de revitalizar pracinha, de colocar equipamento público e tudo, isso é brincadeira! Qualquer comunidade, se chegar, tendo referências, qualquer gente, sendo interesse do local vai ajudar, vai contribuir. Tem que se criar mecanismos para dar, com transparência, forma de aporte de recursos para, efetivamente, se fazerem pequenos projetos. E desmistificar essa questão de projeto, é muita metodologia, muito papel, muita coisa escrita e pouca ação. É isso que a gente vem tentando fazer.

Vou deixar registrado, aqui, mais uma atividade, exatamente, dentro da fundamentação que eu vejo no discurso, que é levar informação e formação, agregar líderes, comunicadores e, modestamente, realizar algumas ações, como agora na próxima sexta-feira, no Condomínio Mandala, em diversas parcerias, com a Assibar, Associação de Imprensa da Barra, para poder divulgar nos meios de comunicação ali da região. Pouca gente sabe, às vezes uma atividade nossa lá, é lida por mais de 200 mil pessoas, pouca

gente sabe disso, entendeu, Vereadora Aspásia Camargo?! E isso eu lhe provo, rapidamente, pelo número que a gente tem lá. E eu não estou dando visibilidade a isso, com o plantio de manguezal, envolvendo conselhos, envolvendo estudantes universitários, 40 crianças de Escolas Municipais vão estar lá.

Só isso. E eu convido vocês, vai ser sexta-feira próxima, para comemoração, aqui, da Semana do Meio Ambiente.

A SRA. PRESIDENTE (ASPÁSIA CAMARGO) - Está ótimo. Você é sempre um incansável batalhador da Barra - das lagoas, da região lagunar. Isso é muito importante.

Vamos lá, por favor, não se sintam... Estamos aqui a ponto de ser verdadeiramente expulsos, o que é uma honra para nós: sinal de que a coisa foi animada.

O SR. ANTÔNIO JOSÉ BIANCHI NUNES - Sou Bianchi, do Conselho de Museologia. Eu gostaria de, em primeiro lugar, falar ao legislador que há um concurso público programado aqui para o Rio de Janeiro, onde não existe vaga nenhuma para o profissional biólogo. Hoje, a Secretaria de Meio Ambiente do Município tem apenas três biólogos. Isso leva ao plantio errado de leucenas e de um monte de amendoeiras, que não são espécies nativas. Por conta disso, o ambiente vai ficar “meio” ambiente.

Em segundo lugar, eu gostaria de até ratificar aquilo que foi dito, ainda há pouco, pelo Professor Canedo. É pena que o Sirkis tenha saído daqui, porque o município não participa de nenhum Comitê de Bacias. Participo do Comitê Guandu e do Comitê da Lagoa Rodrigo de Freitas. E agora foi criado o da Baía de Guanabara, que se junta às lagoas da Barra da Tijuca, e o Município é simplesmente ausente.

E eu gostaria de dizer à Professora Isabela, da PUC, que existe uma resolução do Conama que saiu agora, na semana passada, que fala sobre a modificação no uso das APPs, que era uma coisa que achávamos que era imexível...

A SRA. PRESIDENTE (ASPÁSIA CAMARGO) - É incrível que não tenhamos falado nisso aqui, porque é um crime ambiental aquela resolução. É uma coisa de dar pesadelo.

O SR. ANTÔNIO JOSÉ BIANCHI NUNES - E é uma resolução que tem força de lei.

Outra coisa é a modificação da locução “meio ambiente”. Inclusive, já conversei até com a Professora Samyra, porque “ambiental” funciona muito melhor, e você integra as pessoas. Quando você fala em “meio”, parece metade, e aí essa coisa fica confusa para o entendimento das pessoas. A expressão “direito ambiental” é muito mais incisiva.

A SRA. PRESIDENTE (ASPÁSIA CAMARGO) - É isso mesmo.

A Prefeitura teve no passado uma liderança muito grande no Consag, criando aquele Conselho das Águas. Porém, toda vez que a Prefeitura diz que vai fazer alguma coisa em algum lugar, o Estado intercepta. Aí, eles resolveram fazer greve, o que é o pior dos múnus.

E gostaria de terminar aqui, fazendo uma homenagem - vou fazer uma resolução, também, neste sentido - à Velha Guarda da Império Serrano, que acabou de produzir um CD muito bonito, no qual há uma música extraordinariamente bela, para ficar para sempre no nosso coração, que se chama “O Poeta e a Natureza”, de Osório Lima e Mano Décio da Viola, que o meu marido, que é especialista neste assunto de samba, diz que é um grande autor da Império Serrano. Mano Décio da Viola é simplesmente divino.

Então, peço a vocês que comprem esse CD, que façam como eu: esse CD já está no carro, para ser ouvido 30 vezes seguidas. E pensem que o povo ama a natureza e que os nossos grandes poetas e grandes músicos valorizam aquilo que, muitas vezes, os políticos deixam para depois.

Muito obrigada a vocês, especialmente à Isis, que foi incansável na mobilização, e a todos os membros da Agenda 21, que vai acontecer, vocês podem estar certos, assim como o Plano Diretor. Como diz o ditado: “Água mole em pedra dura tanto bate até que fura”. Nós vamos conseguir.

Sobretudo, o meu especial agradecimento ao que sobrou da Mesa - Isabela, Márcia, Canedo -, aos que chegaram no fim e aos que resistiram até o fim.

Muitíssimo obrigada e um beijo grande para vocês. Comemorem este dia maravilhoso, olhando para cima e pensando nos dados da Samyra de que o meio ambiente, realmente, avança, apesar de tudo, e que nós vamos correr atrás.

Muito obrigada.

Dou por encerrado este Debate Público.

(Encerra-se o Debate Público às 14h10min)

RELAÇÃO DOS PRESENTES

Gloria L. S. Sardinha, Luciane Silva Valente, Vera Dodsworth, Marcia Borges Pereira, Adilson Roque Santos, Marcia F. Guerra, Isabela Franco Guerra, David Zee, Samyra Crespo, Marcos Costa de Andrade, David Cardeman, Paulo Afonso Rodrigues, Alexandre C. M. e Lins, Cristiane Borbouma Chaché, Marlene Parente, Letícia Barros, Cezar Doria, Léa Mendonça, Patricia Carvalho, Ronald Pamphile, Ricardo Gomes da Rocha, Célio Leal, Lina P. Romiszowski, Antonio Jose Bianchi Nunes, Jocelino C. Porto, Helio Barros, Silvia Pontes, Adriano Gama, Adacto B. Ottoni,

Irenaldo H. da Silva, Fabio G. Soares, Luiz Carlos Toledo, Donato Velloso, Álvaro Freire da Motta, Mariza Goulart, Helder, Carlos Alberto Costa Bezerra, Mônica Carvalho Rocha.